

23º Curso anual do NPC

---

# COMUNICAR COM TODOS OS MEIOS E FALAR PARA MILHÕES



22 a 26/11/2017  
Rio de Janeiro

**NPC**  
Núcleo Piratininga  
de Comunicação



# Sumário

---

CONTINUAM ABERTAS AS VEIAS DA AMÉRICA LATINA? .....	5
Maria Lúcia Fatorelli .....	6
A CLASSE TRABALHADORA, O ESTADO E A DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO .....	9
Reginaldo Moraes (Unicamp) .....	10
AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS, CONGLOMERADOS GLOBAIS E A CONCENTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	17
Francisco Fonsca (FGV-SP) .....	18
Laurinho Leal (USP) .....	21
Murilo Ramos (UnB) .....	24
O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL .....	29
Claudia Santiago Giannotti (NPC) .....	30
Camila Marins (Fisenge) .....	32
Maisa Lima (CUT-GO) .....	34
O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO POPULAR .....	45
Inessa Lopes (JVC) .....	46
Emílio Azevedo (Vias de Fato) .....	49
A CLASSE TRABALHADORA NO SÉCULO 21 .....	53
Ricardo Antunes (Unicamp) .....	54
Virgínia Fontes (Fiocruz) .....	58
COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE .....	63
Ed Wilson Araújo (Abraço) .....	64
Beto Almeida (TeleSur) .....	67
A COMUNICAÇÃO NA ERA DOS ROBÔS E A NOSSA COMUNICAÇÃO .....	71
Gustavo Barreto (ONU) .....	72
OFICINAS .....	75
Sheila Jacob (NPC) .....	76
. As muralhas da linguagem na redação e na oratória	
Especial: livros lançados no Curso Anual do NPC .....	81
“Disseram que voltei americanizado: relações sindicais brasil e estados unidos na ditadura militar” .....	82
Você já ouviu falar em Maria Aragão? .....	85



# CONTINUAM ABERTAS AS VEIAS DA AMÉRICA LATINA?



# Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida de Criação de “Estatais não Dependentes” para securitizar Dívida Ativa e lesar a sociedade

• MARIA LUCIA FATTORELLI

O modelo de securitização de créditos em expansão no Brasil constitui a materialização da financeirização em sua forma mais violenta, ilegal e inescrupulosa, atingindo diversos entes federados - União, Estados e Municípios - com risco de aniquilamento das finanças públicas e comprometimento das futuras gerações.

Enquanto empresas como Eletrobrás, Casa da Moeda e joias como CEMIG, CEDAE, entre outras centenas de empresas estatais são privatizadas, novas “empresas estatais não dependentes” estão sendo criadas para operar esquema financeiro fraudulento, a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte e a CPSEC S/A em São Paulo.

Tais empresas servem de fachada para que o ente federado faça uma operação de crédito disfarçada, ilegal e extremamente onerosa, obtendo recursos no mercado financeiro graças à venda de derivativos financeiros com garantia pública - disfarçados de debêntures sênior - oferecidos ao mercado com esforços restritos, de tal forma que somente privilegiados que têm acesso a esse negócio, sem o registro na Comissão

de Valores Mobiliários (CVM) e remuneração exorbitante.

A elevada remuneração oferecida pela empresa está sendo paga com recursos arrecadados de contribuintes, e que sequer chegarão ao orçamento público, pois ainda na rede bancária estão sendo desviados para uma “conta vinculada” à empresa estatal criada para operar o esquema e, desta, sequestrados em favor dos privilegiados que adquiriram os derivativos.

No caso de Belo Horizonte, onde a Câmara Municipal realizou uma CPI sobre a PBH Ativos S/A, a Auditoria Cidadã da Dívida produziu o Relatório Específico Preliminar ACD No 2/2017, apresentado em apoio às investigações da referida CPI em dia 3/11/17 .

As investigações revelaram que a garantia pública concedida pelo Município de Belo Horizonte à PBH Ativos S/A foi superior a 440% do valor recebido: o município recebeu R\$200 milhões e se comprometeu com garantias no valor de R\$ 880 milhões, acrescido de atualização monetária (IPCA), e ainda paga remuneração adicional mensal sobre esse montante.

Em pouco mais de 3 (três) anos de funcionamento, essa perversa “engenharia financeira” possibilitou, inicialmente, a realização de uma operação de crédito disfarçada que ingressou R\$ 200 milhões nos cofres do Município, porém, já provocou (1) uma perda efetiva ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões ; (2) o desvio dos recursos correspondentes aos créditos cedidos arrecadados na rede bancária , e (3) o sequestro de cerca de 50% desses recursos em favor do banco BTG Pactual S/A , conforme quadro comparativo das entradas e as saídas de recursos na PBH ATIVOS S/A no período de abril/2014 a junho/2017, elaborado com base em dados recebidos pela CPI.

Tanto a operação de crédito como o seu pagamento são feitos de forma disfarçada pela emissão de debêntures sênior e subordinadas, que configuram uma forma de endividamento não autorizado, mascarados por esses derivativos financeiros.

O dano ao Estado é imenso, com impactos atuais e futuros, conforme alertado inclusive por órgãos de controle (Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas da União), que têm se manifestado contrários a esse tipo de negócio. Ainda assim ele se alastra e o ministro Henrique Meirelles está buscando implementá-lo também em âmbito federal .

Essa “engenharia financeira” fere toda a legislação de finanças públicas do país, portanto é ilegal. Porém, projetos em andamento no Congresso Nacional visam dar segurança jurídica a esse crime (PLS 204/2016, que tramita no Senado e os projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 da Câmara dos Deputados).

Esse tipo de securitização é semelhante ao que provocou a crise de 2007 nos EUA e também na Europa a partir de 2010. Porém, o modelo que está sendo implantado no Brasil é ainda mais grave, pulverizado pelos entes federados de todas as esferas.

Ainda há tempo de reverter esse esquema no Brasil, mas para isso a sociedade precisa conhecer e divulgar esse novo mecanismo perverso. A Auditoria Cidadã da Dívida tem produzido materiais, a exemplo do fo-

lhetos disponíveis em <https://goo.gl/NScngN> e Vídeo/animação disponíveis em <https://goo.gl/vo9Bys> .

Seminário internacional sobre o tema ocorreu em Brasília, no período de 7 a 9 de novembro de 2017, com a presença de especialistas nacionais e internacionais, e produziu a Nota de Repúdio disponível em <https://goo.gl/smqRgk>, que deve ser enviada a todos os parlamentares, a fim de que impeçam a aprovação dos projetos de lei PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015.

O seminário reuniu especialistas, acadêmicos, juristas, políticos e militantes para analisar a atuação do Sistema da Dívida no Brasil e em outros países da Europa e América Latina, com foco na atuação dos recentes mecanismos financeiros perversos que aprofundam a financeirização e provocam simultaneamente a geração de dívida, o desvio de arrecadação e o seu sequestro em favor do setor financeiro, a fim de lançar luz sobre o tema e articular ações concretas em âmbito nacional e internacional nos diversos campos - jurídico, legislativo, acadêmico, social e político - visando popularizar o conhecimento desses mecanismos e combatê-los.



# A CLASSE TRABALHADORA, O ESTADO E A DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO



# A velha luta de classes na nova economia de serviços

• [EXTRATO DO LIVRO: CAPITALISMO, CLASSE TRABALHADORA E LUTA POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL, ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA E FRANÇA, DE MARCIO POCHMAN E REGINALDO C. MORAES, ED. PERSEU ABRAMO, 2017]

**H**á uns 50 anos, os estudiosos diziam que países subdesenvolvidos eram sociedades com “terciário inchado”. A migração do campo para a cidade não era acompanhada da criação de indústria. Assim, milhões de pessoas se acomodavam em empregos precários e mal pagos no setor de comércio e serviços de baixa qualificação. Enquanto isso, país desenvolvido era país industrializado.

Não durou muito essa estória. No meio dos anos 1970, um escritor conservador dizia que os Estados Unidos - líder e modelo de país industrializado - tinham virado uma sociedade pós-industrial, uma economia de serviços. Só que nessa nova versão, os serviços não eram o lugar do atraso, eram o centro da criatividade, dos empregos em tecnologia e ciência, em planejamento e projeto, em consultoria financeira. Eram o campo daquilo que mais tarde Robert Reich chamaria de “analistas simbólicos”, os sofisticados e ultramodernos trabalhadores que não produzem objetos, não manuseiam coisas, mas criam símbolos, imagens, conceitos, desenhos, códigos informáticos, descobertas tecno-científicas.

Mas nada disso escondia a realidade: nos Estados Unidos, modelo de Primeiro Mundo estava-se criando um conjunto de bolsões cada vez maiores de Terceiro Mundo. A coisa iria piorar quando o Segundo Mundo (o bloco socialista) se desagregasse, virando uma selva

de desempregados e máfias. Na pátria americana, indústrias se desmanchavam e migravam para países de baixos salários e baixos impostos. Aquilo que ficava dentro do território americano se transformava brutalmente. Os grandes oligopólios verticalizados se desmembravam - terceirizavam atividades, subcontratavam e viabilizavam a criação de um “preariado” cada vez mais vulnerável, além de uma “subclasse” simplesmente miserável. O contingente de necessitados do Food Stamp (uma espécie de bolsa família americano) atingiu o recorde de 50 milhões de indivíduos, mais de 15% da população toda.

Enquanto isso, o mundo sindical derretia. A taxa de sindicalização americana, historicamente baixa, comparada com a Europa, chegara, contudo, a uns 35% nos anos 1950. Caiu para menos de 10% nos anos 2000. As bases dos sindicatos desaparecem, os filiados também. Uma vez, o deslumbrado trabalhista Tony Blair disse que a luta de classes tinha acabado. O megaempresário Warren Buffet foi mais prudente: “A luta de classes continua existindo - e a minha classe está vencendo”. Blair poderia ter evitado a lição.

E o que acontece do lado de baixo, daqueles que estão perdendo essa guerra? Aí existem subculturas diferentes. De um lado a chamada “White working class”, que um dia foi a base social dos sindicatos e do Partido Democrata. Os trabalhadores brancos que

havia sentido o gosto do emprego de longa duração, com benefícios indiretos, plano de saúde e de aposentadoria, ascensão em carreiras longas.

Agora vivem de bicos e expedientes, a carreira e o emprego virou a oportunidade de “tarefas” ocasionais, negociadas individualmente e a cada dia ou semana. Essa “White working class” está sitiada, principalmente, nas velhas cidades do nordeste e meio-oeste do país, o coração da grande indústria ianque. Mas cresce, também, no sul, para onde as fábricas se mudaram graças às leis e tradições anti-sindicato.

Outra parte da classe trabalhadora abriga aquilo que ainda se costuma chamar de “minorias”. Negros do centro degradado das grandes cidades. Latinos e outros imigrantes pobres. Essa é a massa dos empregos da “economia de serviços” de baixa renda - limpeza, zeladoria, cuidadoras, manutenção de edifícios e estradas, transporte e armazenagem, comércio de rua, quiosques e bodegas. Tradicionalmente imune a sindicatos (e por eles rejeitados), assediados por igrejas evangélicas pentecostais, parecem um reino da alienação e do desespero.

Contudo, ai também se nota uma crescente fermentação de rebeldia e associativismo. Desenvolve-se nesse terreno um “sindicalismo-movimento social” peculiar. Não mais calcado e organizado a partir da empresa (fabril ou comercial), mas no terreno da moradia - o “barrio”, a neighborhood, o gueto. Surgem como movimentos por direitos civis - não ser roubado pelos patrões, ter direito a escola e assistência social, eliminar discriminações de todo tipo.

Manifestam-se por meios diferentes - passeatas, ocupação de prédios e praças públicas. Criam “worker centers” que são uma mistura de local de reunião, centro de serviços de apoio mútuo, centros de cultura. Aqui e ali, firmam acordos com sindicatos tradicionais, quando estes se abrem à iniciativa. A própria central americana, tradicionalmente burocrática e direitista, foi sacudida por transformações sucessivas, desde meados dos anos 1990. Em 2003, lançou um movimento comunitário voltado para esses

trabalhadores, majoritariamente informais e imigrantes - o “Working America” (<http://www.workingamerica.org>).

Em suma, o tempo não para e a luta de classes segue em frente, apesar da negação de trânsfugas como os Toni Blair da vida. O empresário Buffet ainda pode dizer que sua classe está vencendo. Está. Mas, aparentemente, aos trancos e barrancos, a nova classe trabalhadora reconhece sua nova identidade, reconstrói suas ferramentas, visualiza um novo horizonte de lutas e conquistas.

Não foram apenas dirigentes políticos que “desistiram” da classe trabalhadora ou decretaram o fim de seu protagonismo político. Nas últimas décadas proliferaram novos “teóricos” da pós-modernidade e das plataformas pós-materialistas.

Alguns foram bem longe, decretando o caráter estrutural e definitivo desse esvaziamento político. Manuel Castells, por exemplo, no final dos anos 1990, dizia que a “era da informação” tinha colocado em segundo plano os trabalhadores, incapazes de influir sobre o conflito ou coesão social, o cenário político e ideológico. O proletariado não seria mais o “sujeito político” da transformação, uma identidade política capaz de liderar um projeto de sociedade. Para o sociólogo espanhol, os novos movimentos “identitários” e sem definição de classe, eram os novos portadores da mudança, na nova era [Castells, 1997, pp. 354-360]. Visões como essas se espalharam.

E, no entanto, para incomodar a “teoria”, aqui e ali apareciam sinais do antigo personagem rebelde, que se recusava a assinar seu atestado de óbito. A greve geral dos franceses contra a política de austeridade, na França do meio dos anos 1990, a renovação da central sindical americana (AFL-CIO), depois de décadas de burocratismo conservador, um novo sindicalismo naquele país, o chamado alt-labor, baseado em conflitos e não na gestão de acordos de gabinete, aliado em trabalhadores negros e latinos, precários e marginalizados pelas velhas estruturas de representação trabalhista.

Será isso apenas um sopro final, a última visita da saúde, precedendo a morte? Ou estamos diante da metamorfose da velha luta de classes, a reaparição da velha toupeira, que durante todo esse tempo cavou seu caminho sob o solo?

Aquilo que se vê nos Estados Unidos talvez seja a reedição da famosa frase de Marx: os países adiantados colocam diante dos atrasados um espelho de seu futuro. Os sindicatos brasileiros - e toda a esquerda - ganhariam muito se observassem como o conflito renasce e se reconfigura, naquele lugar onde o capital firmou seu quartel general.

O sindicato da grande fábrica de automóveis, do petróleo e da química continuará a existir. Não se faz chapa e perfilados de aço em quiosques e microempresas individuais, não se extrai e refina petróleo em fornos domésticos. Mas ao lado desse núcleo capitalista mais formal e concentrado, há todo um mundo de capitalismo selvagem, com trabalhadores fragmentados, amontoados em bairros periféricos, sem direitos, seduzidos por assembleias religiosas, domesticados pela TV, cortejados por demagogos ultraconservadores. Um mundo a roubar das trevas e a conquistar para a luz.

# Um livro, um filme, um mundo em comum

- REGINALDO CARMELLO CORRÊA DE MORAES, professor aposentado, colaborador na pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. É também coordenador de Difusão do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-Ineu). Seus livros mais recentes são: “O Peso do Estado na Pátria do Mercado - Estados Unidos como país em desenvolvimento” (2014) e “Educação Superior nos Estados Unidos - História e Estrutura” (2015), ambos pela Editora da Unesp.

O livro é de Larissa Rosa Correa - *Disseram que voltei americanizado - Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar* (Editora Unicamp). O filme, de Fernando Weller - *Em nome da América*. O mundo da penetração norte-americana na sociedade brasileira.

Resenhei o livro de Larissa para a revista Pesquisa Fapesp. E agora, depois de rever o filme, mais forte ficou a impressão de que precisam ser colocados lado a lado.

O filme de Weller ganhou o Prêmio Petrobrás de melhor documentário brasileiro, na 41ª. Mostra de Cinema de São Paulo. Você não pode perder. Depois da safra de festivais, vai para circuito de cinemas, no começo do próximo ano.

O livro de Larissa mostra o que os norte-americanos faziam, nos anos da ditadura, para “modelar” o sindicalismo brasileiro. Um papel fundamental é desempenhado pelo Iadesil (Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), uma espécie de sonda norte-americana instalada em território brasileiro. Fazia prospecções, recrutava e treinava simpatizantes, difundia comportamentos e ideias. Larissa descreve seus instrumentos e procura medir os obstáculos encontrados, a recepção peculiar da ação externa por parte dos agentes internos, os resultados.

A criação do Instituto é parte de um conjunto de políticas, planos e organizações inventadas pelo governo americano ou por empresários daquele país para influir sobre sindicatos e movimentos populares brasileiros. Daí o seu encontro com o filme de Weller, que comentarei mais adiante. A lista de ações programadas norte-americanas vinha de longe. Já em 1943, o governo Roosevelt criara o programa de “adidos trabalhistas” em embaixadas e consulados americanos. Mas as ações se multiplicaram, evidentemente, depois da Revolução Cubana - a Aliança para o Progresso, a USAID, o Peace Corps, todos criados em 1961, com objetivos bastante parecidos, embora concentrados em áreas diferentes.



Larissa Rosa Correa, autora de “Disseram que voltei americanizado - Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar”

As atividades do ladesil tinham uma direção - os brasileiros selecionados faziam viagens de “instrução e treinamento” nos Estados Unidos. Não tinham apenas salas de aula. Visitavam instituições e eram apresentados às maravilhas do modo americano de viver - alguns se entusiasma com o telefone sem fio, outros com o metrô. Muitos voltam um pouco americanizados - como a Carmen Miranda sugerida no título. Mas os resultados, diz ela, não foram tão bons quanto pareciam esperar os promotores. Em alguns casos, foram mesmo um tiro no pé, como se evidenciou na trajetória de Clodesmit Riani, sindicalista enviado aos EUA para a doutrinação usual. O mineiro voltou e aliou-se a comunistas para criar o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT. Um mal-agrado, pois não?

Em certo momento, Larissa registra a fala de um ministro da ditadura, Arnaldo Sussekind, sonhando com a formação de novos líderes sindicais “capazes e honestos, com experiência democrática” e que fossem “nem comunistas nem bonecos dos empregadores” e que não batessem de frente com o ministério. Atirou no que viu, acertou no que não viu, até no que não queria ver. Ironia das ironias, alguns anos depois, surgiria no ABC paulista alguma coisa perto do perfil que sonhava. Só que não. Mais do que um remédio, o achado seria uma dor de cabeça, que até hoje o andar de cima procura curar por via cirúrgica. Não preciso dar mais detalhes.

### **Steven Spielberg acabou no sertão?**

E o filme? Cineasta, pesquisador e professor de Cinema da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fernando Weller, começou sua saga de investigador de um modo, terminou de outro. O roteiro começou de modo singular. Sabemos disso porque nosso INCT de Estudos sobre Estados Unidos participou de algum modo desse momento,

articulando alguns apoios para a visita de Weller a instituições americanas. O roteiro inicial partia de uma estória estranha, quase lenda, sobre misterioso personagem que vivera no sertão pernambucano. Daí vinha o título inicial: Steven esteve aqui. Dele tudo se dizia, até mesmo que se tratava de Steven Spielberg!

Puxando os fios de uma teia e tecendo com enorme acuidade, Fernando nos traz as vicissitudes do programa Peace Corps, os “voluntários” norte-americanos que viveram ao Nordeste do Brasil para “ajudar” seu povo, nos anos 1960 e 70. Rastreando os personagens, descobrindo suas ligações, suas ambiguidades e suas lembranças, Weller explicitamente se reporta a Eduardo Coutinho e seu método de compor o personagem através de entrevistas que constroem relações, interações com os personagens, sem pré concepções congeladas e prontas para servir. Desse modo, as ambiguidades e incertezas afloram junto com os dados.

E os dados são fascinantes. O filme traz documentos inéditos dos serviços de inteligência de lá e de cá, depoimentos dos “ex-jovens” voluntários, recolhidos em diversas cidades americanas, com o calor das lembranças e da “inefável saudade”, como diz uma delas. Cenas de reportagens de época refrescam a memória, como o discurso de Kennedy no primeiro aniversário do Peace Corps, quando o presidente adverte que “aqueles que impedem revoluções pacíficas tornam inevitáveis revoluções violentas”. Desnecessário dizer que os tambores da revolução cubana batiam ao fundo, como tri-lha sonora.

Os americanos tinham uma dor de cabeça para tratar no nordeste, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. Para combatê-las organizaram um contramovimento bem financiado e orientado, uma aliança com a igreja católica para criar

cooperativas e sindicatos dóceis, “construtivos”. E esterilizar o que fosse necessário, claro, em colaboração com as estimadas forças repressivas locais.

Assim, o *Voluntários da Paz* trouxe milhares de jovens norte-americanos para atuarem em trabalhos comunitários e agrícolas no Brasil e, particularmente, em pequenas cidades no interior do Nordeste.

Alguns dos personagens do filme são visivelmente angustiados pelo reconhecimento posterior do que, de fato, estavam fazendo em Pernambuco. Outros, visivelmente, tergiversam, tentam driblar sua história e as perguntas do repórter-cineasta. Meu colega Felipe Loureiro, historiador da USP, chamou-nos atenção para um deles, Tim Hoghen. Felipe observou como o “gringo”, com toda a certeza um quadro da “inteligência”, evita o contato visual, desvia o olhar da câmara ou do entrevistador. Esquiva-se - o que parece uma pista para intuir que ele era mais do que um inocente útil. Aliado ao fato de que comprovadamente manuseava bom volume de recursos para operações no campo, temos tudo para imaginar seus vínculos com os padrões do programa - o governo e as corporações americanas que o financiavam. O lobo não perde o vício: ao receber seu entrevistador, ele o apressa, mal humorado, dizendo que “isto não é o Brasil, aqui o tempo anda mais rápido”. No tom e no conteúdo da frase percebemos como estamos diante de alguém especialmente dotado para nos domesticar e trazer ao ritmo de sua “civilização”.

### **Nem tudo que se passou é passado**

Ah, malhas que o império tece, dizia Fernando Pessoa. Produzem lembranças amargas e até algumas nostalgicamente simpáticas, como a do voluntário que, emocionado, toca ao violão uma canção de Chico Buarque. Só Carolina não

viu, diz ele. Muita gente não viu. Como muita gente talvez não veja, hoje, reprises dessa estória-história. Os roteiros e personagens são certamente diferentes, no cenário atual, mas os produtores do espetáculo, quem sabe, não tenham mudado muito. O governo americano, sua “inteligência para uso externo” e as corporações (com sua inteligência, também), ainda operam como produtores de espetáculos como esse - aqui, na Venezuela, no Egito, na Ucrânia e em várias partes do mundo. Quando o golpe militar fez 50 anos tivemos vários eventos acadêmicos mostrando a forte presença americana naquela conjuntura. Talvez tenhamos que esperar outros 50 anos para olhar para o dia de hoje. E outro “Em nome da América”. Oxalá tenhamos Larissas e Fernandos para abreviar esse caminho.

Em suma, filme e livro mostram muita coisa do passado. Mas ajudam bastante a iluminar o presente. É um convite a estudos mais demorados sobre o que temos como passivo norte-americano na nossa história. Algo assim como um balanço da penetração do Brasil pela presença americana - na economia, na política, na cultura e em tantos outros aspectos.

Pode-se dizer - e gostaria que assim fosse - que temos aqui um convite para estudiosos brasileiros - aprofundar o exame dessa americanização. Posso garantir que é um convite de nosso instituto, o INCT-Ineu, a nossos estudiosos. Que tal empreender um balanço dessa americanização do mundo - e, em especial, da americanização do Brasil? Numerosos brasileiros avançaram trabalhos relevantes nessa direção. Evito citar de memória para não cometer esquecimentos injustos. Que tal cruzar e consolidar tais estudos? O INCT-Ineu abre as portas para essas iniciativas.



# AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS, CONGLOMERADOS GLOBAIS E A CONCENTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO



# O capitalismo oligopolizado e as funções das mídias

• FRANCISCO FONSECA (PROF. PUC/SP E FGV/EAESP)

O capitalismo contemporâneo tem como característica central o amplo e profundo processo de concentração dos mais distintos setores econômicos. A ideologia ultraliberal<sup>1</sup> criou um sem-número de terminologias supostamente consensuais para legitimar suas teses, tais como: “competição”, “concorrência”, “meritocracia”, “livre mercado”, “mão invisível” e “laissez-faire”, entre outras propaladas como verdades incontestáveis pelos ideólogos do neoliberalismo. Que, contudo, não passam de sofismas que não resistem à mais simples investigação acerca da oligopolização da economia mundial em todos os setores econômicos. Oligopolização essa que se articula, de forma complexa, à financeirização (rentismo) global.

Em outras palavras, desde os anos 1970 deu-se progressivamente amplo processo de concentração do Capital, dos processos produtivos e sobretudo dos fatores produtivos: Capital, Trabalho, matérias primas e circulação dos bens e serviços. Tal concentração levou, notadamente com a ascensão do ultraliberalismo, ao amplo processo de desregulação e desregulamentação das mais diversas atividades econômicas e de toda a

<sup>1</sup> Preferimos a terminologia “ultraliberal”, em vez de “neoliberal” (mais conhecida), devido a três fatores: radicalidade do diagnóstico sobre a economia, em que direitos e regras supostamente atrapalhariam o “livre contrato” entre os agentes; proposição acerca do “mundo ideal” desregulado e do minimalismo do papel do Estado; e obsolescência do prefixo “neo”, uma vez que o liberalismo radicalizado – por Bobbio chamado de “liberismo” – se origina em fins do século XIX. O prefixo “ultra” confere maior precisão a uma ideologia que não é nova e ao mesmo tempo se mantém “radical” em seus princípios, mesmo que a-históricos e comprovadamente fracassados em termos históricos. Apliquei esse conceito em meu livro “O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal” (São Paulo, Hucitec, 2005).

cadeia produtiva (mão de obra, fornecedores, intermediários etc). A partir daí ampliou-se ainda mais a concentração dos processos produtivos.

Dessa forma, à evolução do grande capital no pós-guerra se somou a desregulação e desregulamentação (a partir dos anos 1970/80) de todos os setores econômicos, que representam a segunda fase da oligopolização mundial (por meio das corporações transnacionais), a ponto de não haver concorrência e competição entre os agentes econômicos, e sim coordenação política em ampla escala. Cada país, do centro à periferia, vem adotando políticas e marcos (des)regulatórios - com maiores ou menores resistências internas - confluentes à ideologia ultraliberal que, contrariamente ao seu discurso, contribuiu e contribui, reitere-se, para a ampliação da oligopolização da economia global.

Especificamente em relação à comunicação, os processos são da mesma natureza, o que inclui os conhecidos e corriqueiros casos de fusões entre as corporações, assim como o domínio de (poucos) grandes grupos nos setores de entretenimento e informação.

Mais ainda, não apenas devido ao truísmo de que informação é poder, mas sobretudo pelo fato de que os fluxos de informação são fundamentais tanto às tomadas de decisão como à conquista “das mentes e dos corações” (Gramsci), informação e comunicação tornam-se setores estratégicos (articulados ao entretenimento e à presta-

ção de serviços) à modelagem ideológica do “cidadão consumidor”.

É, portanto, nesse contexto e com esse vetor que as agências de notícias internacionais devem ser compreendidas, uma vez que pertencentes a conglomerados globais concentradores de informação. Daí serem oligopólios confluentes aos demais segmentos do capital e funcionais, ideológica e comercialmente, à dinâmica do capitalismo, pois o entretenimento - por si só constituído por grandes corporações - **é patrocinado por grandes empresas a procura de consumidores, assim como as notícias constituem-se cada vez mais como “mercadorias”**.

Conclui-se, dessa forma, que **não há** diferenças substantivas entre os conglomerados midiáticos, informacionais (caso das agências de notícias) e de entretenimento em relação a outros conglomerados das mais distintas áreas. Ou melhor, não apenas não há diferenças enquanto “negócio capitalista” como os conglomerados midiáticos/informacionais/entretenimento cumprem funções ideológicas imprescindíveis à lógica da acumulação. São, portanto, grandes corporações oligopólicas que: a) se reproduzem como tal; b) sustentam ideologicamente a “sociedade massificada de consumo” (entretenimento); c) cumprem funções específicas e especiais no tocante à reprodução geral da acumulação capitalista ao intermediar relações sociais por meio da informação (mídia); e d) agendam, decodificam e divulgam mensagens, sob a forma de supostas “notícias objetivas” sobre fatos, fenômenos, pessoas, instituições e processos internacionais, com claros impactos internos, intermediando, dessa forma, as relações sociais, agora em perspectiva internacional.

No período entre os séculos XIX e XX, conforme Mattelart (2001 [1994], p. 23), ‘o conjunto das transformações técnicas que se operam no modo de comunicação leva a mudar de forma radical o

estatuto econômico da informação’. Nesse processo de evolução das técnicas da informação, decisões políticas dos países-sede das agências favoreceram a expansão de suas redes por meio dessas bases técnicas (READ, 1999, p. 49; SHRIVASTAVA, 2007, p. 152). Até o presente período, essas agências são os principais intermediários entre os meios de comunicação social e as fontes da notícia (MONTALBÁN, 1979, p. 35), e desde pelo menos os anos 1980 as agências globais de notícias de maior destaque são AFP, AP e Reuters (BOYD-BARRETT, 1998, p. 19; PALMER, 1996, p. 89). (PASTI, 2011:8).

Como se observa, apenas três grandes agências de notícias levam aos mais distintos países, em todos os continentes, “notícias” e “informações” consideradas relevantes para serem informadas: Agence France-Presse (AFP), Associated Press (AP) e Reuters concentram informação a ser distribuída, ao agendar, pautar e enquadrar o noticiável, descartando conseqüentemente o “resto”. Fazem, além do mais, como apontado, a intermediação entre as fontes e os meios de informação.

Dessa forma, exceto os veículos que tenham seus próprios correspondentes internacionais, a esmagadora maioria dos veículos de informação (rádio, tvs, jornais, revistas e mesmo sítios informativos) reproduzem das agências internacionais tanto os fatos escolhidos como noticiáveis como a interpretação dos mesmos.

Os grandes conglomerados de emissoras de rádio e televisão, de jornais e revistas e de portais de notícias sediados nos centros do capitalismo mundial - assim como alguns estabelecidos nas principais periferias - têm ampla rede de correspondentes, embora em patamares distintos, além de capital suficien-

te para cobrir certos eventos, fatos e fenômenos em locais normalmente não noticiáveis. Aliás, todos os modais de comunicação são cada vez mais concentrados num mesmo proprietário, casos emblemáticos de Murdoch (na Europa) e da família Marinho (no Brasil), entre outros. Portanto, os grandes conglomerados midiáticos não possuem a mesma amplitude das agências internacionais, assim como não concorrem com essas e sim as complementam quanto ao agendamento/enquadramento do que é noticiável e de como é “enquadrável”. Afinal, diferentemente do que pensavam “Os Federalistas”, as facções - caso das grandes corporações - se unem em prol da dominação ideológica global e da consecução do mundo mercantil, em que a própria notícia se reifica. Não há, portanto, competição entre os conglomerados das agências de notícias e os conglomerados midiáticos tradicionais. O mesmo se dá entre as agências noticiosas. Em outras palavras, os *checks and balances* (freios de contrapesos) não se verificam, uma vez que agem em consonância, na perspectiva do “pensamento único”.

Os exemplos são abundantes quanto à lógica, os pressupostos, e as definições das coberturas internacionais: fenômenos tais como violência, miséria, desigualdade, desastres ambientais, migração, relações centro/periferia e norte/sul, conflitos religiosos e sociais, entre inúmeros outros, são tratados - embora com matizes - sob o ponto de vista dos países centrais do capitalismo, onde estão sediados, e das grandes corporações e acionistas: seus proprietários e financiadores.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos aqui analisados expressam clara confluência e mesmo entrelaçamento entre os conglomerados empresariais tradicionais e os vinculados à mídia: uns e outros se imiscuem de forma que pouco se visualizam suas linhas demarcatórias.

A junção entre mídia, agências de notícias e entretenimento e, mais recentemente, o mundo digital de informação instantânea (whatsapp, twiter, facebook e outros), são estruturalmente confluentes por: serem conglomerados capitalistas, atuarem por meio do binômio “lucro/ideologia”, expressarem interesses estruturais, e participarem ativamente da - sofisticada - luta de classes em perspectiva mundial.

Combater o capitalismo implica, portanto, combater a comunicação oligopolizada!

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS FEDERALISTAS: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242934/000936215.pdf?sequence=3>

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado - a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal*. São Paulo, Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mídia e Poder: Elementos Conceituais e Empíricos Para o Desenvolvimento da Democracia Brasileira*. Brasília, TD n. 1509, IPEA, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (5 Vols.) R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992.

PASTI, André. “As agências transnacionais de notícias e os círculos descendentes de informações no território brasileiro no período da globalização”, 2011, in *XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação* (XXXIV Intercom).

PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990

READ, Donald. *The Power of News - The History of Reuters*. Nova Iorque: Oxford, 1999.

# Das agências de notícias à concentração dos meios

• PROF. DR. LAURINDO LEAL FILHO

O processo de concentração da mídia, desdobramento de processo mais amplo de acumulação capitalista que deposita em poucas mãos o poder econômico e também político, remonta à criação de agências de notícias ainda no século XIX. Movimento propiciado pelo avanço de tecnologias como a do telégrafo, a criação das agências de notícias serviu à divulgação de informações relevantes ao próprio funcionamento do mercado.

Foi nesse período que surgiram as agências Reuters, na Inglaterra; a Havas, em Paris, atualmente Agence France-Press; e a Agência Wolff, na Alemanha, que deu origem a Deutsche Presse-Agentur. A dinâmica entre essas agências operava um verdadeiro “Tratado de Tordesilhas da informação”, já que cada uma delas possuía uma reserva de mercado no mundo para onde a produção de notícias e de bens simbólicos era direcionada. Buscando quebrar essa hegemonia, no início do século XX os Estados Unidos saíram em defesa do livre fluxo de informações para favorecer as suas agências (Associated Press e United Press International).

Parte da artilharia de uma potência mundial é, sem dúvida, o poder da informação e essas agências funcionavam como filtros do que se divulgava como notícia para o resto do mundo. Mesmo as notícias produzidas na América Latina tinham que passar por elas. Ao longo do século XX, o fluxo unilateral de informação estabelecido em âmbito internacional não deixou de encontrar paralelo

na situação interna dos países, em especial naqueles que não possuíam uma regulação preocupada em promover a pluralidade dos meios.

A partir da década de 1960, os países reunidos na Unesco passaram a questionar o monopólio da comunicação internacional com o intuito de romper a dinâmica global até então estabelecida, além de debater diretrizes para suas políticas internas. Era a demanda por uma Nova Ordem Mundial da Comunicação (NOMIC), em que o fluxo de informações deveria ser de “duas mãos” e a comunicação compreendida como um direito humano fundamental, ligado ao desenvolvimento das nações e das pessoas.

Os debates e a formulação de documentos sobre o tema duraram mais de uma década e foram duramente comprometidos com a saída, não por acaso, dos Estados Unidos da Unesco, em 1984. Com isso, o “locus” internacional da discussão foi deslocado para a Organização Mundial do Comércio. Se na Unesco a informação era concebida como bem cultural, na OMC foi consolidado seu tratamento como mercadoria.

Mercadoria no mínimo peculiar, que não se encerra com o consumo, e que por suas características favorece a formação de conglomerados assentados em grande poder econômico e político. A ausência de regulação nesse campo é particularmente prejudicial à democracia e ao exercício de direitos pela população.

A regulação dos meios de comunicação social difere entre os países. Nos países da Europa ocidental, na primeira metade do século XX, estruturou-se modelo hegemônico em torno do sistema público e centralizado de radiodifusão. O serviço era em geral prestado por organizações públicas às quais o Estado concedia o monopólio da atividade. A preocupação com a autonomia dessas organizações se colocou desde muito cedo no Reino Unido e, no pós Segunda Guerra Mundial em países como França e Alemanha. Os serviços de rádio e televisão, considerados serviços públicos, serviam à difusão de informações, mas também à promoção da educação, da cultura e da cidadania. Mais para o final do século, a prestação passou a ser feita também por emissoras privadas e se aprofundaram regras de controle à concentração de propriedade.

O modelo norte-americano é diverso e se consolidou em torno de emissoras comerciais, embora haja radiodifusão pública. A base de sua regulação parte da compreensão de que o espectro de radiofrequências, por onde são transmitidos os serviços de rádio e televisão, é um bem público e limitado. Por isso os prestadores devem ser licenciados pelo Poder Público, a partir de processo de outorga, e o serviço deve ser explorado de acordo com o interesse público.

Apesar de tônicas diversas, ambos os modelos envolvem regulação de propriedade e de conteúdo, contando com órgãos reguladores independentes para a sua aplicação: Federal Communications Commission (FCC), nos EUA; Office of Communications (Ofcom), no Reino Unido; Conselho Superior de Audiovisual (CSA), na França; Associação das Autoridades Estaduais de Mídia da República Federal da Alemanha (ALM), na Alemanha; entre outros. A existência desses órgãos estrutura a produção de normas e a fiscalização de seu cumprimento, além de organizar importantes mecanismos e processos de participação social e transparência no acompanhamento dos serviços.

Chegando mais perto, na América Latina, as experiências são outras. Tendo como referência o modelo norte-americano, mas

sem a mesma regulação existente nos EUA, as emissoras comerciais historicamente dominaram os meios de comunicação de massa com alto grau de concentração, geralmente em grupos familiares. O século XXI inaugurou mudanças neste sentido, com alterações nas regulações. Primeiro com a Venezuela, em 2000, seguida pela Ley de Medios Argentina, em 2009; Bolívia, em 2011; Equador, em 2013; e Uruguai, em 2014. A experiência dos órgãos reguladores foi aproveitada na Argentina, com a criação da Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA), inspirando também as legislações no Equador e no Uruguai.

Já o Brasil, apesar de suas várias tentativas, não conseguiu até hoje superar o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei de 1962. Desde o início, essa norma não se preocupou em estabelecer mecanismos voltados a garantir a pluralidade e a diversidade na comunicação social brasileira. Com poucos limites à concentração de propriedade, regras que favorecem os radiodifusores na manutenção de suas posições e tímida regulação de conteúdo voltada ao caráter educativo, cultural e informativo da radiodifusão, o complicado cenário das comunicações no país não se dá apesar da lei, mas também por conta dela.

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes novidades, como: (i) os princípios da produção e da programação das emissoras de rádio de TV, que incluem a regionalização da produção e a produção independente (art. 221); (ii) a vedação ao monopólio e ao oligopólio na comunicação social (art. 220, §5º); e o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (art. 223). Porém, pouco dessas novidades de fato saiu do papel. O pequeno avanço conquistado com a regulamentação da classificação indicativa sofre fortes pressões dos radiodifusores, via Judiciário, para revogá-la.

Dos pontos positivos da Constituição citados acima, merecem especial atenção : o princípio da complementaridade de sistemas. A exemplo da BBC no Reino Unido, da France Télévision, na França, e mesmo

da PBS, nos EUA, é crucial a existência de um sistema alternativo de comunicação que tenha participação da sociedade e goze de autonomia em relação ao Estado e ao capital privado. Apesar da previsão constitucional em 1988, um passo fundamental para a estruturação do sistema público no país só ocorreu em 2008, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) - pela mesma lei que dispôs sobre princípios e objetivos para o sistema público.

A TV Brasil, emissora que integra os veículos da EBC, era constituída por um Conselho Curador da programação com participação da sociedade. Com a mudança de governo em 2016 o Conselho foi extinto e a empresa deixou de ter caráter público, tornando-se na prática mais um ente estatal. Com isso deixou de avançar um projeto que visava o fortalecimento do sistema público no país em termos de financiamento, maior número de canais e ampliação da autonomia e participação social.

Há outros avanços importantes para a mídia brasileira que não dependem de alteração legal, tais como o combate a violações de direitos humanos na mídia; o enfrentamento à concessão de rádio e TV para políticos; o fim da criminalização das rádios comunitárias e o combate ao arrendamento da programação no rádio e na TV. Além da necessidade de fortalecimento da comunicação pública como alternativa ao modelo comercial hegemônico no Brasil de hoje.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. Uma história social da mídia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo: Editora Globo, 2012.

FISCHER, Desmond. O direito de comunicar. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê Editora, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

IANNI, Octávio. Enigmas da Modernidade-Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A melhor TV do mundo, o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Venício A. de. Para garantir o direito à comunicação. Fundação Perseu Abramo/Fundação Mauricio Grabois, 2014.

MATTA, Fernando Reyes (org.). A informação na Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MORAES, Denis. A batalha da mídia. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cia. das Letras, 2011

# Concentração da mídia é uma realidade no Brasil\*

• **PROF. MURILO CÉSAR RAMOS** - Pesquisador Sênior Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), Universidade de Brasília (UnB).

\*Respostas a questões formuladas pela Profa. Dra. Eula Cabral, Vice-coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa

*A concentração da mídia é uma realidade no Brasil. Na área de radiodifusão temos seis grandes grupos nacionais. Na de telecomunicações temos sete grupos. Os conglomerados de mídia têm como meta atingir todo o país com seus produtos e atividades, investindo na área midiática e preservando seu negócio. Diante deste cenário, por favor, responda.*

*Como você/sua organização se posiciona diante dessa questão?*

Em primeiro lugar, a questão da radiodifusão.

Quando você fala em seis grandes grupos nacionais de radiodifusão, suponho que esteja se referindo à Globo, Record, RBS, Bandeirantes, SBT e RedeTV. Para chegar a esses seis grupos, incluí a RBS, que, na realidade, é um grupo regional, pois opera apenas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas sua inclusão se justifica, por ser o terceiro maior faturamento de radiodifusão do país, atrás da Globo, que lidera por larga margem, e da Record. E aqui vai um registro importante, antes de continuar: os dados econômicos dos grupos de radiodifusão não estão disponíveis ao público em geral, e exigem que se vá a múltiplas fontes privadas

para se formar um quadro coerente. O que nem sempre se consegue. O mais grave é o órgão regulador da radiodifusão, o Ministério das Comunicações, não dispor desses dados. De qualquer modo, para tentar responder a pergunta, me valho de dados compilados de diversas fontes, nem sempre os mais atualizados, para registrar que, em 2014, o faturamento bruto do Grupo Globo foi de R\$ 14,6 bilhões, dos quais a maior parte vem das suas operações de televisão. Para se ter uma ideia melhor do grau de concentração desse mercado, só o lucro líquido da Globo ano passado, de R\$ 2,4 bilhões, foi maior que todo o faturamento do segundo maior grupo de radiodifusão, a Record, cuja receita bruta foi de R\$ 2,3 bilhões. Dados aproximados

indicam um faturamento da RBS igual a R\$ 1,5 bilhões, seguida da Bandeirante, com R\$ 1,4 bilhões, e SBT, com cerca de R\$ 1 bilhão. Não tenho dados confiáveis relativos à RedeTV e CNT, que estariam em sexto e sétimo lugares, mas juntas devem somar algo como um SBT.

O que esses dados, mesmo que aproximados, nos dizem? Eles apontam para o fato de que, na realidade, não temos seis grandes grupos de radiodifusão no Brasil; temos um grupo, Globo, que é, seja por quais razões forem, virtualmente monopolista em termos econômicos, ou, pelo menos, com um altíssimo poder significativo de mercado, e outros grupos cujos faturamentos anuais, se somados, não chegam à metade do que faturam as empresas da família Marinho.<sup>2</sup>

Para mim, esta é a questão vital: o poder econômico concentrado em um grupo de radiodifusão apenas, com os demais aparecendo como coadjuvantes em nível nacional. Quanto à RBS, monopolista no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ela mais do que tudo contribui para aumentar o poder nacional do Grupo Globo.

**- Como você/sua organização compreende ser possível transformar essa questão?**

O governo da presidenta Dilma Rousseff acenou timidamente, em seu início, com uma proposta que chamou de 'regulação econômica da mídia'. Tivesse sido levada adiante, este seria um bom começo: já que estamos em uma economia de mercado, que o mercado de radiodifusão seja, pelo menos, mais competitivo. E aqui não entro no mérito das programações que essas redes de televisão levam ao ar. Penso, como o governo deve ter pensado, que a regulamentação do parágrafo 5º do Artigo 220 da Constituição Federal - o que diz que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio - seria um modo de se iniciar um processo de desconcentração do poder econômico e, por conseguinte, do poder político dos grupos de radiodifusão, em especial aquele que acu-

mula a maior parte desse poder. Organismos estatais, como a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), teriam que ser chamados a participar desse processo de regulamentação, agregando sua experiência com outros setores da economia nos quais o Estado teve que intervir para assegurar maior concorrência.

**- No que o governo poderia contribuir para transformar essa questão?**

Como mencionei acima, o governo poderia chamar para si o processo de regulamentação, se não de todo, mas de partes vitais do Capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal. E chegou, como lembrei acima, a prometer que o faria. Mas, infelizmente, não o fez, e nada indica que o fará tão cedo, dadas inclusive as difíceis condições políticas que o afligem neste ano de 2015, principalmente na relação com o Congresso Nacional. Aliás, é sempre importante ressaltar que nem Luiz Inácio Lula da Silva nem Dilma Rousseff chegaram perto, nesses já quase 13 anos de governos petistas, de cumprir suas promessas de maior democracia para a comunicação social.

**- A regulamentação e a regulação seriam caminhos possíveis? Como?**

São três os caminhos:

a) pressão da sociedade, e esta não tem faltado por parte daquelas parcelas progressistas, de esquerda, da sociedade civil, que não só debatem a questão há décadas, como contribuem para programas de governo, para eventos fundamentais como a I Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom), ou, ainda, elaborando projetos de lei de iniciativa popular, como o que atualmente está circulando, em fase de coleta de assinaturas;

b) iniciativa do poder executivo, e desta já falei acima; ou melhor dizendo, falei da falta de iniciativa do poder executivo, o que tem sido lamentável; c)

iniciativa do poder legislativo, mas daí é que jamais sairá nada, dada a hegemonia que a radiodifusão comercial impõe historicamente sobre o Congresso Nacional.  
3

**- Qual o papel da sociedade civil diante deste quadro?**

**- A sociedade civil pode ser considerada um dos atores da regulamentação no Brasil? Como ela poderia intervir?**

O papel está indicado acima, e ele é o de continuar formulando propostas, na academia e fora dela, nos sindicatos, nas organizações populares as mais variadas, e, com essas propostas, jamais deixar de pressionar os poderes executivo e legislativo. A sociedade civil, sua parcela progressista, não pode abandonar esses papéis, pois é, e continuará sendo protagonista de ponta nas lutas pela democratização da comunicação social no país.

Dito isso, passo às telecomunicações, cujo cenário de concentração não tem, pelo menos por enquanto, o impacto político da radiodifusão, ainda que seu impacto econômico seja maior.

Esse mercado, oriundo da privatização do Sistema Telebrás, organiza-se hoje em torno dos seguintes grupos econômicos, que atuam em telefonia fixa, móvel, acesso à banda larga e televisão por assinatura; Telefônica/Vivo/GVT, controlado pela Telefónica de Espanha; Claro/Embratel/Net, controlado pela mexicana Telmex; Oi, controlado pela Portugal Telecom, com os grupos Jereissati e Andrade Gutierrez; Tim, controlado pela Telecom Italia.

Em termos de receita bruta anual, a Telefônica/Vivo liderou o mercado em 2014, com R\$ 52,6 bilhões (mas, se somarmos a esse valor, a receita da GVT, recentemente incorporada ao grupo, o total seria de R\$ 61,3 bilhões. Em segundo, aparece o grupo Claro/Embratel/Net, com R\$ 49,6 bilhões, e em terceiro, Oi, com R\$ 43,4 bilhões. Em quarto lugar, Tim, com R\$ 29,0 bilhões, res-

salvando-se que esse grupo atua fundamentalmente em telefonia móvel, tendo participação residual em telefonia fixa e banda larga, e não opera televisão por assinatura.

Já em termos de participação no mercado, considerando-se o número de acessos por serviço, tem-se a seguinte situação:

- Telefonia fixa: Oi, 39,1%; Telefônica/GVT, 32,1%; Claro/Embratel/Net, 24,3%

- Telefonia móvel: Telefônica/Vivo, 28,5%; Tim, 27,1%; Claro/Embratel/Net, 25,3%; Oi, 18,5%

- Banda larga: Claro/Embratel/Net, 29,5%; Oi, 28,3%; Telefônica/Vivo, 18,9% (31,5%, se já incluída a GVT)

- Televisão por Assinatura: Claro/Embratel/Net, 53,6%, Sky (que só atua nesse segmento do mercado), 29,8%; Oi, 4,6%; Telefônica/Vivo (com GVT), 7,1%.

O que esses números de telecomunicações mostram é um mercado que, tal como de radiodifusão, é oligopolizado - e pode-se argumentar que se trata de um oligopólio natural, dados os custos elevados de entrada, em termos de investimento em infraestrutura física e recursos de tecnologia -, mas, no que toca à concorrência entre os grupos existentes, é um mercado mais equilibrado. O desequilíbrio que se constata é em televisão por assinatura, no qual o grupo Claro/Embratel/Net concentra mais de 50% do mercado, mas este é um mercado que deverá modificar-se muito nos próximos anos, com a concorrência crescente das chamadas empresas over-the-top, OTTs, ou seja, aquelas como Netflix e congêneres, Facebook, Google/YouTube, Apple, Amazon, com suas ofertas de vídeo por demanda e por assinaturas mais baratas, por meio da internet.

Há, é claro, um outro desequilíbrio econômico grande, aquele entre o mercado de radiodifusão, cujas receitas brutas anuais pouco ultrapassam R\$ 20 bilhões anuais, ao passo que o mercado de telecomunicações teve em 2014 receitas brutas totais superiores a R\$ 200 bilhões. Ou seja, vinte vezes mais.

Mas, enquanto o mercado de telecomunicações é fortemente regulado, pela Anatel e pela Ancine, com legislações atualizadas, a exemplo da nova Lei do Serviço de Acesso Condicionado, a Lei no. 12.485, de 2011, e o Marco Civil da Internet, Lei no. 12.965, de 2014, além da Lei 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, o de radiodifusão, como sabemos, é um mercado virtualmente desregulamentado e desregulado, pois submetido à anacrônica Lei no. 4.117, de 1962.

Isto significa, como ocorreu recentemente com o Marco Civil da Internet, que a sociedade civil progressista tem mais possibilidades de intervenção nos processos normativos e regulatórios das telecomunicações do que jamais teve nos de radiodifusão. A radiodifusão, ainda que 20 vezes menor em peso econômico, concentra peso político muito maior que as telecomunicações, representando por isso hoje, como acontece desde a disputa pela Lei no. 4.117, **um desafio político maior para a sociedade civil brasileira.**



# O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL



# Comunicar e resistir

• CLAUDIA SANTIAGO - coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação

**C**omunicar com todos os meios para falar para milhões. Obviamente, não fomos Vito Giannotti e eu que inventamos essa ideia. Ela já existia bem antes de nós e já havia sido aplicada para os mais diversos fins.

O que nós trouxemos de novo no início da década de 1990 foi a reafirmação da necessidade de os trabalhadores se apropriarem dos diversos meios de comunicação para se comunicar entre si.

Não bastava fazer jornal. E não necessariamente jornal seria a ferramenta adequada para todos os trabalhadores. Vivíamos um momento em que além do jornal, do rádio, da TV, do cinema, despontava no horizonte a Internet e suas potencialidades.

Defendemos juntos que sindicatos de trabalhadores deveriam definir os meios de acordo com as especificidades da categoria profissional, e que, após definidos, estes deveriam ser muito bem feitos e ter uma periodicidade inabalável. Religiosa. Revolucionária.

Missas, cultos, giras têm dia e hora determinados para acontecer.

A distribuição de nossos jornais, a exibição de nossos filmes ou a publicação de nossos posts também deve ser regular. Criamos a expressão “Abaixo o devezenquandário” e afirmamos que se juntássemos todos os jornalistas que trabalham em sindicatos ligados à esquerda teríamos a maior redação do país. Tudo isso está no nosso livro “Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões” (1994, ed. Vozes)

Acreditávamos os dois, e hoje eu sigo acreditando, que, como dizia Gramsci, a burguesia busca o consenso e a liderança cultural e político-ideológica de sua classe sobre a classe trabalhadora. Cabe a nós, fazer o que nos diz respeito, isto é, uma comunicação feita pelos trabalhadores para os trabalhadores, com a ajuda de profissionais especializados.

E por que os trabalhadores têm de ter a sua própria comunicação? Porque, como diz Luciano Gruppi, na p. 67 do seu livro *O conceito de hegemonia em Gramsci*, “uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.”.

Traduzindo: para continuar mandando a burguesia precisa ter hegemonia porque “o dia em que o morro descer e não for carnaval, ninguém vai ficar pra assistir o desfile final”, ensinava o mestre Wilson das Neves.

## O Dia em que o Morro Descer e Não for Carnaval

(Wilson das Neves / Paulo César Pinheiro)

O dia em que o morro descer e não for carnaval ninguém vai ficar pra assistir o desfile final na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil (é a guerra civil)

No dia em que o morro descer e não for carnaval não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral e cada uma ala da escola será uma quadrilha a evolução já vai ser de guerrilha e a alegoria um tremendo arsenal o tema do enredo vai ser a cidade partida no dia em que o couro comer na avenida se o morro descer e não for carnaval

O povo virá de cortiço, alagado e favela mostrando a miséria sobre a passarela sem a fantasia que sai no jornal vai ser uma única escola, uma só bateria quem vai ser jurado? Ninguém gostaria que desfile assim não vai ter nada igual

Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga nem autoridade que compre essa briga ninguém sabe a força desse pessoal melhor é o Poder devolver a esse povo a alegria senão todo mundo vai sambar no dia em que o morro descer e não for carnaval

“Wilson das Neves nasceu no Rio de Janeiro, começou a carreira profissional aos 18 anos e participou de cerca de 800 discos com grandes nomes da música, como Elza Soares, Roberto Carlos e Elis Regina. Segundo o colunista de música do G1 Mauro Ferreira, Das Neves era “querido em todo o meio musical”, “conhecido no universo da música brasileira como o excepcional baterista que tocava com ícones da MPB como Chico Buarque” e virou cantor aos 60 anos.

Em 1996, o artista se lançou como cantor com o aclamado álbum ‘O som sagrado de Wilson das Neves’. Neste disco, Das Neves apresentou ‘O samba é meu dom’ - parceria com Paulo César Pinheiro que se tornou um clássico com o passar dos anos - e gravou com Chico Buarque, parceiro e convidado da música ‘Grande hotel’.

De lá para cá, foram mais três álbuns - ‘Brasão de Orfeu’ (2004), ‘Pra gente fazer mais um samba’ (2010) e ‘Se me chamar, ô sorte’ (2013) - como cantor e compositor, parceiro de bambas como Nelson Sargento, Aldir Blanc, Chico Buarque e o recorrente Paulo César Pinheiro.” Fonte: G1



# Um olhar interseccional sobre o movimento sindical

• CAMILA MARINS - Jornalista formada da PUC/Campinas (2005), Graduanda em Filosofia (UERJ, 2017).

COM REVISÃO DE ROBERTA CASSIANO

**10,7** milhões de trabalhadores na taxa informalidade, de acordo com a PNAD e mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados, segundo o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Refletir sobre “O papel da comunicação na organização sindical” significa pensar na formação da classe trabalhadora, que também é desempregada, em situação de rua e na informalidade. Nas últimas décadas, os sindicatos restringiram sua agenda política, majoritariamente, às pautas econômicas dos trabalhadores assalariados. Deste modo, ficam desconsiderados os desempregados, os trabalhadores informais e em situação de rua.

Hoje, com a aprovação da reforma trabalhista e a campanha de rebaixamento do movimento sindical na sociedade, os tempos são de intensa reflexão e, principalmente, revisão de práticas. Perdemos muitas possibilidades de gerar pertencimentos coletivos diante do avanço da pauta liberal ao deixar de olhar para atravessamentos que compõem a base organizada para enfrentá-lo. “Afinal, para que serve o sindicato? O que me traz de benefícios?”. Essa lógica utilitarista que marca a relação entre categorias e suas entidades representativas não foi rompida. A classe trabalhadora não vê no sindicato a real possibilidade de representação quanto à garantia de seus direitos. Qual é a nossa política de geração de pertencimento? Qual o nível de representatividade da categoria nas direções dos sindicatos?

Quais são os trabalhadores que importam para os sindicatos? Precisamos ter um olhar interseccional para as categorias, principalmente diante de uma crise política e econômica que amplia o desemprego e precariza as relações.

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego das pessoas que se declararam de cor preta [classificação do IBGE] ficou em 14,4% no quarto trimestre de 2016, enquanto a taxa entre a população parda foi de 14,1% e de 9,5% da população declarada branca. Segundo a Pnad Contínua, entre os 10% da população mais pobre do país, 76% são negros. Entre o 1% mais rico, apenas 17,4% são negros. Diante destes dados, é importante retomar a fala de Angela Davis, filósofa e ativista norte-americana cuja obra, de herança marxista, representa um marco para o pensamento da interseccionalidade:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode as-

sumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

Quando falamos em desemprego, informalidade e condições precárias, qual é a cor e o gênero dessa massa de trabalhadores também excluídos da organização sindical? Quais são as vidas de trabalhadores que importam para os sindicatos? Quais são os pactos de solidariedade mútua que estabelecemos para os desempregados? Qual o direito de organização sindical aos trabalhadores terceirizados? O movimento sindical acaba por reproduzir uma lógica meritocrática neoliberal, considerando apenas os trabalhadores assalariados e registrados em CLT [Consolidação das Leis do Trabalho].

O economista Marcio Pochmann afirma que “estamos vendo o fim da classe média assalariada brasileira” (POCHMANN, 2017). Com as mudanças estruturais do capitalismo decorrentes da revolução 4.0 e sua consequente flexibilização dos regimes de trabalho (HARVEY, 1992), temos a formação de uma nova classe trabalhadora que, na atual conjuntura, convive com o desemprego, com as novas relações de trabalho precarizadas, com o fim da política de valorização do salário mínimo e a crise de representatividade. A Previdência Social, por exemplo, surgiu com o intuito de responder à necessidade de promover a solidariedade mútua entre os trabalhadores para a garantia de fundos em casos de acidentes ou problemas futuros. Isto se perdeu. Agora, resta questionar: quais são valores que os sindicatos disputam na sociedade? A solidariedade de classe foi perdida pela falta de um olhar interseccional da classe trabalhadora. Este vácuo ideológico e de disputa de valores também contribuiu para a deslegitimação do movimento sindical restrito ao viés utilitarista. Com a reforma trabalhista e o enfraquecimento da negociação coletiva, qual será o papel dos sindicatos? Certamente, é hora de ampliar a abordagem e o papel das instituições sindicais, reconhecendo a não-exclusividade das pautas econômicas e fazendo-as assumir a responsabilidade na proposição de estratégias centradas no pertencimento de classe que, como sugerimos, não está fundado apenas em tal âmbito.

A urgência do reposicionamento das formas de comunicação sindical é parte da exigência por outra organização, pautada por novos contextos que exigem a ampliação do conceito de trabalhadora e trabalhador. Neste sentido, deveríamos ser capazes de aplicar um recorte interseccional nos quadros das direções e posições decisórias em geral, a fim de responder à altura as inovações do sistema capitalista de exploração da mão de obra. Na prática, isto significa pensar de forma interseccional a construção de narrativas, bem como a formulação de pautas dos acordos coletivos de trabalho, o que dá no mesmo que dizer: considerar gênero e raça na organização da resistência de classe e assumir como tarefa histórica e premissa do trabalho de base pautar a representatividade de mulheres, pessoas negras e LGBTQs. A comunicação sindical assume um papel estratégico nesse processo, pois tem a capacidade de construir redes de solidariedade e fomentar práticas colaborativas e coletivas entre os trabalhadores. É preciso, deste modo, afastar os sindicatos da pauta liberal defendida por grupos conservadores que ganham cada vez mais voz nas disputas políticas atuais. Não por acaso, uma característica marcante da atuação de tais grupos é a utilização de novas mídias. Para responder aos ataques que buscam legitimar o saque dos direitos trabalhistas, os sindicatos precisam se apropriar dos mesmos meios a fim de gerar engajamento entre as pessoas, ainda que valha frisar que NÃO EXISTE COMUNICAÇÃO SEM MOBILIZAÇÃO, ou seja, a comunicação é estratégica, mas consiste apenas numa parte da tarefa política de tais instituições.

A campanha de comunicação do presidente eleito da França, Emmanuel Macron, centrou-se em três pilares fundamentais: diversidade, ativismo digital e mobilização. Diversidade para legitimar um discurso de “nem esquerda nem direita” e também para aproximar o maior número de eleitores. Ativismo digital para identificar os interesses e segmentar o conteúdo das mensagens para públicos distintos e também gerar engajamento a partir de conteúdo exclusivo nas redes, o que foi evidenciado, por exemplo, pelo ato de barrar a imprensa em grandes

eventos com o então candidato e centrar na transmissão ao vivo por mídias próprias. Além disso e comprovando o que indicamos anteriormente, fez parte da estratégia de campanha mobilizar caravanas de ativistas para diversas partes do país, a fim de ampliar o poder de convencimento da campanha. A apropriação das novas mídias é urgente bem como a reflexão sobre o conteúdo, a atuação em rede e as práticas interseccionais de enfrentamento à agenda liberal. Mais do que isso, precisaremos criar um bloco de resistência na internet e isso significa entender e disputar os algoritmos e a programação nas redes. As plataformas disponíveis e as mais acessadas são instrumentos do capitalismo para impor a lógica 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) de exploração da força de trabalho e ampliação do consumo, explicitado por David Crary:

O tempo 24/7 é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável. Em relação ao trabalho, torna plausível, até normal, a ideia do trabalho sem pausa, sem limites. É um tempo alinhado com as coisas inanimadas, inertes ou atemporais. Como slogan publicitário, institui a disponibilidade absoluta – e, portanto, um estado de necessidades ininterruptas, sempre encorajadas e nunca aplacadas. A ausência de restrições ao consumo não é simplesmente temporal. Foi-se a época em que a acumulação era, acima de tudo, de coisas. Agora nossos corpos e identidades assimilam uma superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e muitas vezes fatal (CRARY,2014).

O fundamento 24/7 nos é imposto num processo em que a lógica de produção e de consumo é permanente e as plataformas virtuais têm um sentido estratégico. Precisamos nos apropriar desses meios e disputar princípios de solidariedade de classe que interrompam a exploração da força de trabalho e das vidas das pessoas. Aqui não falo apenas em apropriação, enfatizo também a nossa capacidade de ação, e não

apenas de reação. Construir alternativas de plataformas e novas mídias centradas em uma agenda interseccional de compromisso de classe por uma sociedade justa, solidária e fraterna é também uma tarefa urgente. A revolução também será programada.

## Referências

CRARY, Jonathan. *24/7 - capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DAVIS, A. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acessado em 07/11/2017.

HARVEY, David. Parte II: As transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX. In: \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

# Rede nacional de comunicação dos trabalhadores e trabalhadoras

• MAISA LIMA - CUT/GO



#Nenhum Direito a Menos



Seguindo orientações definidas no 12º Congresso Nacional da CUT Brasil, a CUT Goiás procurou parceiros para fortalecer a batalha da comunicação contra à grande mídia que criminaliza as lutas social e sindical. Este esforço se materializou no MOVIMENTO REAJA SERVIDOR, que entrou no ar em maio de 2016 no endereço: [reajaservidor.wordpress.com](http://reajaservidor.wordpress.com)

Foram definidas três etapas para estruturação:

Internet/Whatsapp/SMS;  
Radiodifusão  
Televisão.



**#Nenhum Direito a Menos**

## PRINCÍPIOS DA REDE

- Cultura de compartilhamento e solidariedade.
- Participação ativa como produtor de conteúdo.
- Realização de oficinas para empoderar as lideranças sindicais na utilização das mídias sociais.
- Compromisso estratégico com os ideais do campo democrático popular de esquerda.
- Priorizar os veículos alternativos de comunicação como fonte de informação



## BENEFÍCIOS DA REDE

- **Assessoria Sindical**

Web Designer

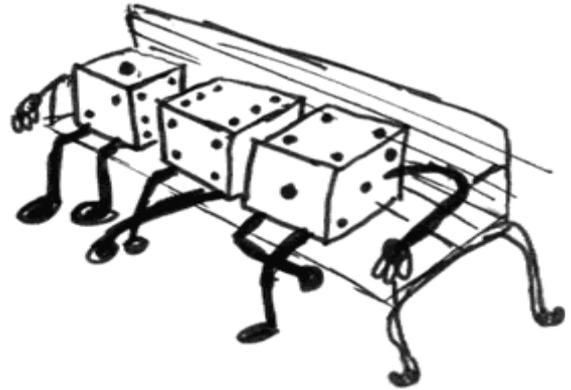
Organização de Banco de Dados

Estúdio de Rádio e TV

- **Formação de Comunicadores**

Curso de Mídias Sociais

O BANCO DE DADOS



## COMPROMISSO DO SINDICATO

- Comunicação constante com a Central de Mídias
- Formação de Diretores
- Integração do Banco de Dados
- Disputa de Rádios e TVs Comunitárias.



Estúdio da  
Rádio Trabalhador

## **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO DA CENTRAL DE MÍDIAS**

- 1 Jornalista**
- 1 Web Designer**
- 2 Social Mídia**
- 1 Diretor Rádio**

## **ESTRUTURA FÍSICA**

- Estúdio de TV**
- Estúdio de Rádio**
- Central de Mídias Sociais**
- Sala de Formação**

## A REDE DE COMUNICAÇÃO QUE TEMOS HOJE

- Site CUT
- Site Rádio Trabalhador
- Site Reaja Servidor
- Facebook CUT
- Facebook Rádio Trabalhador
- Facebook Reaja Servidor
- Rádio Trabalhador On-Line

## REDE NACIONAL

Parcerias e trocas de conteúdos:

- TV Trabalhador - TVT
- TV CUT
- Rádio Brasil Atual
- Agência Abraço
- Rádio CUT
- Agência Brasil de Fato
- Blogs progressistas

## ATUAÇÃO EM OUTROS VEÍCULOS



WhatsApp

Temos grupos da Rádio Trabalhador e Movimento

Reaja Servidor.

E atuação de divulgação em outros grupos através da ação de diretores, filiados e ativistas.



- Temos um mailing com 1.100 e-mails.
- Enviamos diariamente um Clipping, e outros conteúdos.



- Implantamos um serviço de SMS Marketing com capacidade de envio de 950 mensagens diárias.
- Possuímos um banco de dados com alcance a todos os municípios do Estado.

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO NAS MÍDIAS

## SITE CUT

2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Alcance	1735	2418	2041	2501	1703	1871	1630	1685	1628	1287	1635	885	21.019
Visitantes	664	1098	858	1020	727	915	589	572	665	638	634	387	8.767

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Alcance	1035	1000	2201	2559	1831	1545	1229	1433	946	<b>13.779</b>
Visitantes	503	398	808	1099	755	658	493	717	431	<b>5.862</b>

2016/2017	TOTAL
Alcance	<b>34.798</b>
Visitantes	<b>14.629</b>

## FACEBOOK CUT

2016	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Visualizações					29	62	79	46	<b>154</b>
Curtidas	08	10	07	11	23	20	09	17	<b>97</b>
Alcance	15308	15817	33558	52752	39770	38159	35626	30881	<b>246.563</b>

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Visualizações	89	182	370	129	545	223	196	157	203	<b>2.094</b>
Curtidas	24	31	43	37	94	33	43	22	32	<b>359</b>
Alcance	58202	14785	16657	12581	13697	4487	6348	5320	6623	<b>138.700</b>

2016/2017	TOTAL
Visualizações	<b>2.248</b>
Curtidas	<b>456</b>
Alcance	<b>385.263</b>

## SITE RÁDIO TRABALHADOR

2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Alcance	240	324	328	177	63	359	568	586	<b>2.645</b>
Visitantes	121	135	156	93	27	203	322	341	<b>1.398</b>
Publicações	08	11	10	07	05	18	13	16	<b>88</b>

## FACEBOOK RÁDIO TRABALHADOR

2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Visualizações	12	59	33	25	9	168	203	214	<b>723</b>
Curtidas	5	19	12	5	1	98	189	114	<b>443</b>
Alcance	2217	1370	1596	2258	656	23988	30875	35944	<b>98.904</b>

## RÁDIO TRABALHADOR - ON-LINE

2016/2017	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Ouvintes	99	9	608	756	598	431	423	595	780	633	<b>4.932</b>

## SITE REAJA SERVIDOR

2016	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Alcance	113	2430	3577	1310	174	1303	3283	1235	13.425
Visitantes	60	1125	2300	876	106	430	2274	726	7.897
Publicações	5	15	66	10	01	66	120	101	384

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Alcance	2881	3410	4762	3709	4759	920	3921	2719	2161	29.242
Visitantes	2001	2299	3369	2478	3396	688	2803	1897	1510	20.441
Publicações	169	105	56	08	65	05	58	27	134	627

2016/2017	TOTAL
Alcance	42.669
Visitantes	28.338
Publicações	1.011

## FACEBOOK REAJA SERVIDOR

2016	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Visualizações					2		9	23	34
Curtidas		32	7	13	2	1	3	7	65
Alcance		5922	6614	3243	116	2263	1132	1827	21.117

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Visualizações	12	22	59	13	2	18	76	122	280	604
Curtidas	15	3	31	9	94	115	12	8	5	292
Alcance	2217	1318	279	188	320	609	703	1237	2859	9.730

2016/2017	TOTAL
Visualizações	638
Curtidas	357
Alcance	30.847

## EMAIL

2016	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Emails	12323	11523	16008	13786	21508	16897	13283	12132	117.460

2016/2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Emails	13875	11574	11236	10018	8623	5368	6013	5986	6223	78.916

2016/2017	TOTAL
Emails	196.376

## SMS

2016	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Mensagens	174787	361909	220545	135455	142137	1.034.833

2016/2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Mensagens	33559	35487	23112	6932	3223	9350	19305	0	0	130.968

2016/2017	TOTAL
Mensagens	1.165.801

No período de  
Maio de 2016 a  
Setembro de 2017

Todos os veículos  
tiveram um alcance de  
aproximadamente

**1 milhão e 962 mil pessoas**

# O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO POPULAR



# Jornal Voz das Comunidades - JVC

• INESSA LOPES (JVC)

*O Jornal Voz das Comunidades nasceu em 2006 com o objetivo de construir uma Frente Popular. Tínhamos conhecimento que, em todo o Brasil, havia outras experiências comunitárias até melhores do que nossas Comunidades Populares.*

*A diferença entre nós e as outras estava na estratégia. Os outros Movimentos, em sua maioria, organizaram suas comunidades dependentes de apoio financeiro do governo. Muitos dos seus militantes eram profissionais mantidos pelos órgãos do governo, ou por empresas estatais e até privadas.*

## Autonomia Econômica, Independência Política e Democracia Participativa

Nós propúnhamos que as comunidades fossem **autônomas**. Ou seja, se autofinanciassem, criando bancos comunitários e uma economia coletiva em vários ramos: produção, comércio, serviços, etc. O apoio financeiro externo não pode dificultar a autonomia das Comunidades. Nem tirar sua independência política e ideológica. Caso isso aconteça, quando os projetos financeiros acabarem, o Movimento também acaba. Até os militantes desanimam e muitos acabam indo trabalhar para os capitalistas.

Portanto, um dos princípios da nossa estratégia é a **autonomia econômico-financeira**. Sem autonomia econômica não há independência política. Ou seja, se não criarmos nossa própria economia para nos autofinanciar, sempre ficaremos dependentes politicamente dos governos municipal, estadual e federal ou de governos do exterior. Com isso, não conseguiremos por em

prática o segundo princípio de nossa estratégia que é a **independência política**.

O terceiro princípio de nossa estratégia é a **Democracia Participativa**. Para nós, esse princípio não depende do reconhecimento legal. Claro que podemos aproveitar as brechas existentes na Constituição como os Conselhos, Conferências, Projetos de Lei de Iniciativa Popular, etc. para mobilizar a população. Mas, o principal, para nós, é a prática da Democracia Participativa dentro das Comunidades, Entidades e Movimentos Populares.

## Objetivos em Longo, Médio e Curto Prazo

A Frente Popular que o JVC quer construir, além de ser autônoma, independente e democrática, terá como objetivo, em **longo prazo**, construir uma sociedade comunitária. Em **médio prazo**, o objetivo da Frente Popular pela base é construir o Poder Popular nos territórios indígenas, quilombo-

las, camponeses, operários e nas periferias urbanas. Nesses territórios, organizar a economia coletiva, a religião libertadora, a saúde comunitária, a cultura popular, a nova família comunitária e a defesa do meio ambiente.

O JVC procura investir na construção de uma articulação entre as Comunidades Populares de base. O objetivo é criar uma rede de solidariedade entre as Comunidades para que, juntas, se defendam dos ataques do capitalismo.

O objetivo em curto prazo da Frente Popular, proposta pelo JVC, é começar a governar de baixo para cima. Ou seja, as Comunidades Populares passarem a influenciar os serviços públicos de seus territórios para melhorar o atendimento à população.

Exigir, do poder público, melhorias que a Comunidade, sozinha, não consegue realizar. Portanto, o primeiro objetivo da Frente Popular que o JVC está propondo, é resolver os problemas mais sentidos pelo povo de cada território. As formas de luta são a ação coletiva (solidária) e a luta reivindicatória (exigir do poder público).

Para construir a Frente Popular pela base é preciso que o JVC seja assumido por todas as comunidades de base e não apenas as do MCP.

### Linha Editorial

Nossa linha editorial não é de denúncia e sensacionalismo. Queremos anunciar a boa-nova, a esperança, o futuro. Não somos um Jornal só de informação. Temos um caráter de formação. O JVC não é para ser lido apenas individualmente, mas, principalmente, para ser estudado e refletido de forma coletiva.

Ao elaborar as matérias, tentamos, ao máximo, seguir o lema “*Antes de ensinar ao povo, devemos aprender com ele*”. **Pesquisar** por meio das reportagens; **Sistematizar** através da edição das matérias; **Devolver** para as Comunidades por meio do JVC. Se a matéria serviu para ajudar nos

planos de ação e reflexão da Comunidade, a Democracia Participativa foi praticada.

Precisamos fazer como os agricultores: **Semear, Cultivar e Colher**. Tudo no tempo certo. **Semear** é vender e divulgar o Jornal. **Cultivar** é desenvolver o diálogo com pessoas, organizações e Comunidades que têm acesso ao JVC. **Colher** é integrar as experiências para unir as Comunidades em uma Frente Popular.

### Um Pouco da História

A primeira edição do **Jornal Voz das Comunidades**, lançada em 2006, contou com matérias, praticamente, só das áreas do Movimento.

A partir da segunda edição, começamos a trazer mais matérias externas como entrevistas com pessoas ligadas à luta do povo. Passamos a divulgar também experiências comunitárias e a resgatar a história do Movimento por meio de reportagens rurais e urbanas.

Entre 2009 e 2014, o JVC era acompanhado pelo *Jornal Voz da Juventude Popular (JVJ)*, um jornal específico da juventude. Pela dificuldade de os jovens assumirem, política e financeiramente, o seu jornal a experiência não continuou. As matérias referentes à juventude popular continuam sendo divulgadas nas páginas do JVC.

Editar o JVC é aprender a partir da prática, pois não temos jornalistas formados na equipe. Alguns são voluntários e outros recebem apenas uma ajuda de custo.

### Da Adolescência à Maior Idade

Em março de 2018, o JVC completará 12 anos. Ainda é adolescente. Precisa de ajuda para chegar a maior idade. Em 2016, por ocasião do aniversário dos 10 anos, lançamos o desafio no Editorial nº 29 “Só temos recursos para mais duas edições”. Dezenas de companheiros e instituições responderam positivamente, aumentando ou fazendo novas assinaturas. Mandaram mensagens de animação para continuar a luta. Convidaram

o JVC para visitar as áreas onde o jornal é conhecido. Ofereceram apoio material, entre outras iniciativas.

O MCP, em sua 17ª Assembleia (2017), discutiu o problema do JVC com profundidade. Cada base ficou de discutir como aumentar a quantidade de jornais que assume. A distribuição ficará por conta do Núcleo do MCP de cada estado, isso para evitar gastos com correio.

Criar e firmar os **Grupos de Colaboradores do JVC** em cada território ou estado. Para isso, a Oficina de Comunicação Popular com Claudia Giannotti, no início de 2017, foi muito importante. Outra decisão foi criar uma **Rede de Apoio ao JVC** em cada estado com leitores e simpatizantes para discutir como ajudar esse adolescente a continuar crescendo com humildade, coerência e fé, para servir às Comunidades Indígenas, Quilombolas, Camponesas, Operárias e Populares.

# Vias de Fato: escutando e aprendendo junto à marcha

- **EMILIO AZEVEDO** - é jornalista. Participa da coordenação do projeto Vias de Fato. É autor de livros-reportagem, entre eles “Uma subversiva no fio da história”.

“O papel da educação e da comunicação na organização popular”, este é o tema de uma das mesas do 23º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). Fui convidado por Claudia Santigo, jornalista, historiadora e educadora do NPC, a participar do debate e também a escrever sobre o assunto.

Começo, então, refletindo sobre nossa conjuntura e lembrando alguns fatos históricos. Olhando especificamente para o nosso quintal, o Brasil, percebe-se que vivemos numa época em que avança desbragadamente uma ideologia neoliberal, emparelhada com o açodamento de antigos valores fascistas. Isso numa sociedade com características específicas, que foi constituída a partir de uma invasão europeia, com genocídio, escravidão e séculos de tortura e estupro, incluindo uma antiga relação entre Casa Grande e Senzala, abençoada pelo clero.

Hoje, de um modo hegemônico, uma parte significativa da mídia empresarial, educação formal, igrejas e poder público seguem trabalhando, agressivamente, na disseminação e fortalecimento de ideias e princípios ultraconservadores. Nos parece que se pudessem revogar a Lei Áurea, assim eles fariam. Nesta conjuntura, os governos e as lideranças que estão colocados aí, do tipo Michel Temer, Jair Bolsonaro e Edir Macedo são “apenas” a ponta de um iceberg. Consequência de uma realidade sócio-política.

**E qual a alternativa?**

**Qual o papel, hoje, das orga-**

**nizações populares em nosso país?  
Qual o projeto?**

**Qual o horizonte?**

**Quais os objetivos?**

**O que existe de organização para conter, de modo efetivo, essa avalanche reacionária?**

Recuando um pouquinho no tempo (e sem sair do tema proposto por Claudia), lembro dos idos de 1901-1902, quando um certo Vladimir Lênin tinha como objetivo tomar o poder no país onde nasceu, a Rússia. Pretendia trabalhar a organização popular para assumir o comando e o controle do Estado, a partir de uma revolução. Com esse objetivo, falou da necessidade de um jornal. Segundo Lenin, na perspectiva revolucionária, a função do jornal não se limitaria “a difundir ideias, educar politicamente e a conquistar aliados políticos”. O jornal não seria “apenas um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo”. Lenin transformou sua utopia em realidade e conquistou o poder em seu país, mudando a história do século XX.

Passados mais de cem anos a roda do mundo girou em altíssima velocidade. E esse mundo mudou muito. Muito! Mas a exploração capitalista continua. E o conflito de classes permanece.

Hoje, no caso do Brasil, estamos refletindo sobre um país onde a violência segue como regra e a desigualdade social como

a maior de todas as violências. É o país da Rede Globo (um monopólio que seria escândalo até nos EUA), onde os poderes constituídos continuam agindo majoritariamente em favor da elite, com a periferia sendo mais do que nunca invadida pelo tráfico de drogas e por quadrilhas que assumiram o controle de religiões. E tudo isso a serviço do individualismo e do fetiche consumista. E nesse ambiente, o grande capital internacional deita e rola, com a precarização do trabalho sendo vista como o mais autêntico sinal de modernidade, onde um novo escravismo é definido como “parceria” e com os explorados, em muitos casos, aplaudindo as novas formas de açoitamento da Casa Grande.

### **E aí? Que fazer?**

Sou de uma geração que acreditou que as eleições diretas (conquistada nas ruas após o fim de uma ditadura) iria mudar o nosso mundo. Que acreditou que uma frente popular, que incluía o Partido dos Trabalhadores (PT), outros partidos de esquerda e organizações sindicais, pastorais, estudantis seria um instrumento para profundas transformações sociais que o Brasil sempre necessitou e necessita.

Já com a crença de muitos bastante reduzida e/ou modificada, iniciamos o século XXI com o PT no comando do governo brasileiro. No dia 1º de janeiro de 2003, contando com uma emotiva transmissão ao vivo da TV Globo, Lula assumiu a presidência num clima de forte messianismo. A partir daí foram treze anos de poder, com o chamado “reformismo fraco e pacto conservador”, na definição de André Singer, cientista político, jornalista e ex-assessor de Lula. Ao final deste período, a partir de crises e contradições, veio a ocorrência do impeachment de Dilma. Um ato de força, mascarado de normalidade institucional.

**Estamos chegando em 2018, mais um ano eleitoral.**

**E retorno, novamente, a pergunta que estimula a reflexão desse texto.**

**Qual o projeto das atuais organizações populares?**

**Antes elas apontavam para uma revolução ou para a mudança da ordem injusta, a partir do voto, de eleições.**

**E hoje?**

**Lembrando a poesia de Belchior, pergunto se “uma nova mudança, em breve, vai acontecer? Ou se “o passado é uma roupa que não nos serve mais”?**

Falo a partir do Vias de Fato, um projeto marginal, estruturado em cima de uma organização criada essencialmente para acionar atividades com mídia alternativa e educação popular, a partir de internet, jornal impresso, teatro, eventos, debates, atividades culturais. Falo a partir do Maranhão. De um Brasil profundo, que tenho certeza revela muito desse pedaço do planeta que até hoje segue sendo invadido por piratas d’além mar. Falo de uma província tristemente reconhecida como extraordinária e escandalosa exportadora de mão de obra escrava, onde o povo é um dos mais pobres do país, com quase um milhão de analfabetos, onde o velho capitalismo selvagem tem como locomotiva a Vale, a Rede Globo tem o sobrenome de Sarney e o latifúndio grileiro avança sobre a vida de milhões. Por razões óbvias, somos o estado brasileiro que mais recebeu Bolsa Família.

Hoje, organização popular no Maranhão é sinônimo de resistência. No frígido dos ovos, a ideia central passa por se contrapor a violência. É como um time de futebol que tem apenas sete jogadores, sendo obrigado a jogar 90 minutos contra um adversário que tem todos os onze. É a luta para sobreviver. É para poder trabalhar, comer, beber, respirar, é pelo direito a um pedaço de terra, ao acesso a recursos naturais, ao respeito a culturas tradicionais e o um modo de vida que, rotineiramente (diariamente!), é atropelado por um modelo econômico associado a uma estrutura oligárquica que se mantém absolutamente intacta.

Estou falando aqui de organizações populares que se opõem ao avanço do grande capital, incluindo a mineração e agronegó-

cio (associado ao latifúndio, soja, eucalipto, madeireiros), que se alia a poderes constituídos que há décadas atuam como máfia, trabalhando diuturnamente para manter e ampliar saques e privilégios. É neste contexto que a periferia urbana e camponesa se organiza e tenta resistir. É aí que entra a luta de quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, sem-terra, pescadores, estudantes, professores, coletivos, comunidades, trabalhadores em geral.

Ainda tendo como exemplo o Maranhão, é importante registrar que não existe atualmente qualquer relação dessa resistência popular com os partidos de esquerda que nas últimas décadas disputaram espaços de poder institucional. Aí cito PT, PC do B, PSB e PDT. Em várias situações eles estão em lados opostos ao povo. Entre o endinheirado marketing de campanha e a autêntica luta do povo existe um fosso. Não foi à toa que em outubro deste ano um grupo de onze organizações; incluindo a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão e a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço-MA); definiu o nosso atual governador Flávio Dino (PC do B) como “gerente da estrutura oligárquica” local. Os partidos citados tornaram-se conservadores e as alianças são majoritariamente elitistas. Para eles, organização popular boa é a que está disposta a se metamorfosear em comitê eleitoral. Sem qualquer exagero - e sem me afastar um milímetro da verdade - afirmo que essa é a ideia predominante. E nunca é demais lembrar que nós estamos falando do Maranhão, estado que durante mais de meio século vem sofrendo muito sob a influência do ex-senador José Sarney, uma figura execrável que sem qualquer sombra de dúvida representa o que há de pior na política.

**E aí?**

**Numa conjuntura como essa, qual o papel da educação e da comunicação nas organizações populares?**

**Onde entra, por exemplo, o Vias de Fato, fundado há oito anos?**

**Enxergamos a comunicação social, exatamente, como parte de um processo pedagógico.**

Notícia, no nosso entendimento, não é novidade, não é mercadoria, nem está associada à audiência ou ao lucro. Informação é interesse público e deve ter motivação política e educativa, mesmo quando aparentemente trata de entretenimento, como a arte e a cultura. Sobre o Vias de Fato, existe aí um ponto a ser considerado. Não somos ligados a partido, ao poder público, ou submetidos a qualquer outra estrutura tradicional. Temos uma autonomia interessante do ponto de vista editorial. Somos uma organização criada para atuar junto à sociedade, como parte dela, participando do mesmo processo de luta, com um posicionamento distante das antigas vanguardas. Não somos aparelhados por ninguém, nem queremos aparelhar quem quer que seja. E que fique bem claro, também não somos contra as organizações partidárias.

Sendo assim, nosso primeiro passo é também resistir, já que não temos padrinho rico e muitos querem nos ver extintos. A partir daí, mais do que noticiar, nossa tarefa é, primeiramente, ouvir, para, junto a diferentes processos de organização e luta popular, estimular, provocar, debater, criticar, participar, duvidar, incomodar, opinar, às vezes fazendo o papel do menino que grita “que o rei está nu”. E registrando sempre uma história completamente diferente da que é contada pela mídia de mercado, tendo a clareza de que essa mesma história pode ser sempre manipulada (ou sofrer interferência) pelo poder econômico e político.

Não podemos sucumbir diante de dificuldades que, aparentemente, são insuperáveis. Um ponto de partida é ser otimista. A conjuntura, como já vimos aqui, é complicada. Mas, como nos ensinou Antonio Gramsci, devemos ter o “pessimismo da razão e otimismo da vontade”, isto é, o pessimismo na análise e o otimismo na ação. Este é um dos papéis a ser cumprido. Ao longo do tempo, em diferentes épocas, nos conflitos entre os explorados e os exploradores, as vitórias e derrotas ocorrem dos dois lados, mesmo que

algumas vitórias não ocorram exatamente da forma como foram idealizadas. E como diz a sabedoria camponesa “o risco que o corre pau corre o machado”. Isso tem que ser reforçado pela educação e comunicação popular.

E como citei há pouco, precisamos saber escutar. Nessa comunicação tem a hora de ouvir. De ficar em absoluto silêncio. De entender e aprender com os diferentes setores que promovem a organização e a resistência popular, ouvindo também os mais jovens, pois eles nos ajudam a perceber que “o novo sempre vem” (novamente Belchior). E nesse processo, temos que considerar a teoria política, o conhecimento erudito, mas levando em conta, na mesma proporção, todo um acúmulo histórico, a luta concreta de diferentes povos e comunidades oprimidas. Uma luta de séculos. São eles que nos evidenciam que não existe fórmula pronta.

Nessa mistura e troca de saberes, onde todos aprendem e ensinam, com o doutor tendo aulas com o lavrador, não podemos abrir mão da formação política. Essa é uma variável importante da equação. É fundamental. Qualquer projeto de organização popular passa por esse trabalho. Nas últimas décadas, apesar dos esforços de muitos, essa tem sido a grande batalha perdida. O PT, por exemplo, deixou de ser um partido dos trabalhadores, quando abandonou o projeto de formação e se apegou apenas a luta pela conquista de governos e mandatos parlamentares. Se submeteu inteiramente as regras de um jogo que ele anunciava querer mudar. Chegando ao governo federal, apresentou o aumento do consumo com um de seus grandes feitos...

Os governos nascem da sociedade. Então, sem desconsiderar a imensa força do Estado, acho que antes de disputar governos, devemos disputar a sociedade, seus valores. Devemos discutir sobre generosidade, solidariedade, crítica, participação social, democracia, estimulando uma ambição de sabedoria, em oposição ao acúmulo de dinheiro. Temos que disputar ideologicamente. Este, obviamente, é o papel da educação e da comunicação num processo de organiza-

ção do povo. É participar de um processo de formação, construído a várias mãos, na intensa troca de conhecimentos. A elite sempre teve (e continua tendo) suas poderosas máquinas de propaganda e formação, desde a literatura, cinema e TV, até as igrejas e as “escolas sem partido” (mas com ideologia capitalista).

Paulo Freire, educador presente neste tema proposto por Claudia Santiago, entre os muitos textos que ele nos deixou está a “Carta do direito e do dever de mudar o mundo”. Nela ele nos diz que é importante reconhecer que os quilombos, as ligas camponesas e o movimento dos sem-terra “sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como ‘façanha da liberdade’”. Segundo o educador, eles “jamais se entregariam à falsidade ideológica da frase: ‘a realidade é assim mesmo, não adianta lutar’”. Pelo contrário, apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está”.

Ao pensar em formação como ponto fundamental da organização popular e relembrar Paulo Freire, quando este cita várias etapas da luta camponesa no Brasil, sugiro que devemos enfatizar, para nós mesmos, a evidência de que a luta social é parte de um processo. Uma andança onde muitos se inquietaram; mobilizando, organizando e se colocando contra as injustiças da sociedade no tempo em que viveram. Podemos, então, ser mais um no meio de muita gente que caminhou e caminha pensando a história como “façanha da liberdade”. Trata-se de uma longa marcha, onde nem sempre quem planta vai participar da colheita. Mas o bom da coisa, o grande barato do negócio, é viver e poder participar da caminhada. Sem se acomodar. Sem se ajoelhar. Com a oportunidade de estar estre os muitos sujeitos ativos da história. Com a imensa alegria de desacatar e tentar subverter tudo aquilo que consideramos arbitrário na sociedade em que vivemos.

# A CLASSE TRABALHADORA NO SÉCULO 21



# Quem é a classe Trabalhadora hoje: A nova forma de ser da classe-que-vive-do-trabalho

• **RICARDO ANTUNES** - Professor Titular de Sociologia do Trabalho na Universidade de Campinas (UNICAMP, Brasil). Autor, entre outros livros, de *Os Sentidos do Trabalho* (Ed. Boitempo, publicado também na Itália, Argentina, EUA, Índia, Portugal e Inglaterra/Holanda); *Adeus ao Trabalho?* (Cortez, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Venezuela, Colômbia e México), dentre outros. É Coordenador das Coleções Mundo do Trabalho (Ed. Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Ed. Expressão Popular).

**Q**uem é a classe trabalhadora hoje? Ela ainda detém um estatuto de centralidade nas transformações sociais? Não são temas fáceis e a avalanche das desconstruções tem sido enorme, faz décadas.

Começemos com uma questão central: qual é a conformação atual da classe trabalhadora? Se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, também não está em *vias de desaparecimento* e nem *ontologicamente* perdeu seu sentido estruturante na vida cotidiana do ser social, qual é sua *forma de ser* hoje?

Entendemos desde logo que Marx e Engels consideravam classe trabalhadora e proletariado como sinônimos. Na Europa de meados do século XIX, os trabalhadores assalariados que inspiraram a reflexão de ambos ganhavam expressão corpórea no proletariado industrial, o que possibilitava a denominação comum e mesmo indiferenciada entre classe trabalhadora e proletariado. Partimos da formulação que ela compreende *a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção*, conforme a definição marxiana.

Ela tem como núcleo central o conjunto do que Marx chamou de *trabalhadores produtivos*, para lembrar especialmente o

*Capítulo Inédito (VI)*, bem como de inúmeras passagens de *O Capital*, onde a idéia de *trabalho produtivo* é formulada, compreendendo os *trabalhadore/as que são produtores de mais-valia; que são pagos por capital-dinheiro; expressam uma forma de trabalho coletivo e social e que realizam tanto trabalho material quanto imaterial*.

Neste sentido, evidencia-se em nossa análise que a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a *totalidade do trabalho coletivo* que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Ela é centralmente composta pelo *conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valia e que participam do processo de valorização do capital*, através da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico.

Mas a classe trabalhadora incorpora também o conjunto dos *trabalhadores improdutivos*, novamente no sentido de Marx. O *trabalho improdutivo* é aquele que não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais valia, mas que são fundamentais para que o valor se realize.

Mas, como estão nubladas algumas das diferenças reais - basta lembrar que no mundo da produção hoje o mesmo trabalho tem simultaneamente dimensões produtivas e improdutivas, visto que são realizadas pelo mesmo trabalhadores/as - a classe trabalhadora ampliada inclui, portanto, o vasto leque de assalariados improdutivos, geradores de um anti-valor no processo de trabalho capitalista, mas que vivenciam situações que tem clara similitude com aquelas experimentadas pelos trabalhadores/as produtivos.

Se que todo trabalho produtivo é assalariado (aqui deixando de lado as “exceções”, com o ressurgimento do trabalho escravo), mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora *deve em nosso entendimento incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados.*

Portanto, a *classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e inícios do século XX.*

Fica uma importante questão para nosso debate: o proletariado moderno, que exerce atividades considerados *produtivas* (quer realizem atividades prevalentemente *materiais* ou *imateriais*, quer atuem em atividades manuais diretas ou nas chamadas tecnologias de informação, nos pólos mais avançados das fábricas modernas, exercendo atividades consideradas mais “intelectualizadas”), esse proletariado ainda tem papel de centralidade nas lutas anticapitalistas, exatamente por gerar *valores de troca, mais-valia?*

Ou, ao contrário, o conjunto ampliado que configura o proletariado moderno ou a *classe-que-vive-do-trabalho*, em sua heterogeneidade - inclusive na participação/geração/ampliação do valor, bem como em sua concretude ideo-política - não tem mais nenhum pólo *necessariamente* central?

Formulando de outra maneira: nos embates desencadeados pelos trabalhador/as que o mundo tem presenciado, é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles

que vivenciam uma situação mais “estável” e que têm, conseqüentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados?

Sabe-se que aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolvem mais próximos do avanço tecnológico-informacional-digital, pelo papel que exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade rebelde.

Mas, por outro lado e contraditoriamente, estes setores mais qualificados são os que vivenciam um sistemático processo de manipulação e “envolvimento” (em verdade tratam-se das formas contemporâneas do fetichismo e dos estranhamentos), no interior do espaço de trabalho.

Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc, o chamado *proletariado moderno mais precarizado*, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento do processo de criação de valores, poderiam ter, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído o faz confrontar cotidianamente com a ordem destrutiva, uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da (des)sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia.

Nunca é demais lembrar que a classe trabalhadora é uma *condição de particularidade*, um *modo de ser* com claros, intrínsecos e inelimináveis elementos relacionais de *objetividade* e *subjetividade*

Não é demais repetir: a classe trabalhadora, para Marx, é ontologicamente decisiva pelo papel fundamental que exerce no processo de criação de valores e na *luta entre as classes*. É na materialidade mesma do sistema e na sua *potencialidade subjetiva*, que o seu papel se torna central. E, creio, ela

só perderá esta *potencialidade* se e quando o *trabalho abstrato* deixar, um, dia, de ser central para a reprodução do capital.

Portanto, a classe trabalhadora em sentido amplo incorpora a totalidade daqueles/as que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o proletariado rural que vende a sua força de trabalho para o capital, os chamados bóias-frias das regiões agro-industriais do Brasil do etanol; incorpora também o proletariado precarizado, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo do capital.

E a classe trabalhadora inclui também - e isso é decisivo hoje - *a totalidade dos trabalhadores desempregados*. Em nossa concepção ampliada estão *excluídos da classe trabalhadora*, os gestores do capital, que são parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que tem no controle, hierarquia, mando e gestão do capital e de seu processo de valorização, bem como os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é detentora - ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção.

E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação. Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica em entender este conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção.

Durante a vigência do taylorismo/fordismo, no século XX, os trabalhadores por certo não eram homogêneos; sempre houve homens-trabalhadores, mulheres-trabalhadoras, jovens-trabalhadores, qualificados e não-qualificados, nacionais e imigrantes etc, isto é, as múltiplas clivagens que configuraram a classe trabalhadora. É evidente também que, no passado também já havia terceirização (em geral, os restaurantes, a limpeza e o transporte eram terceirizados). Mas pudemos presenciar, nestas últimas décadas, uma enorme intensificação deste processo que alterou sua qualidade, fazendo aumentar e intensificar em muito as clivagens anteriores.

Também ao contrário do taylorismo e do fordismo (que, é bom lembrar, ainda é vigente em várias partes do mundo, ainda que de forma muitas vezes híbrida ou mesclada), no toyotismo ou nas formas flexíveis de acumulação, os trabalhadores/as são interiorizados e instigados a tornarem-se *déspotas de si próprios*, na síntese que utilizei em *Adeus ao Trabalho?* Eles são instigados a se auto-recriminar e punirem-se, se a sua produção não atingir as famigeradas “metas”. Eles trabalham num coletivo, em *times* ou *células de produção*, e se um companheiro/a não comparece ao trabalho, ele será “cobrado” pelos próprios membros que formam sua equipe. É assim, por exemplo, no ideário do toyotismo. E as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente rechaçadas pelos gestores, como atitudes contrárias “ao bom desempenho da empresa”.

Se o sistema tayloriano-fordista tinha uma concepção onde a gerência científica *elaborava* e o trabalhador manual *executava*, o toyotismo e as formas da *flexibilidade liofilizada* perceberam que era preciso deixar que o *saber intelectual do trabalho* florescesse e a subjetividade operária fosse também apropriada pelo capital.

É evidente que, deste processo que se expande e se complexifica nos *setores de ponta do processo produtivo* (o que não pode ser em hipótese alguma hoje generalizado) resultam máquinas mais inteligentes, que por sua vez precisam de trabalhadores mais “qualificados”, mais aptos para operar com estas máquinas informatizadas. E, na processualidade desencadeada, novas máquinas mais inteligentes passam a produzir atividades anteriormente feitas pela atividade exclusivamente humana, desencadeando-se um processo de interação entre trabalho vivo diferenciado e trabalho morto mais informatizado. Há razoáveis elementos de evidência de que há, hoje, paralelamente à ampliação das formas de trabalho intermitentes, mais precarizadas, informais, flexíveis etc, , novas modalidades de vigência da lei do valor, particularmente no setor de serviços, que se privatizou intensamente nas últimas décadas em escala global. Assim, estamos presenciando uma intensificação

e ampliação dos modos de extração do sobretabalho, das *formas geradoras do valor*, resultado da articulação de um maquinário altamente avançado (de que são exemplo as tecnologias de comunicação e informação que invadiram o mundo das mercadorias) com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores ‘qualificações’ e ‘competências’ da força de trabalho.

Dada a *nova morfologia do trabalho*, com sua enorme gama de *trabalhadores/as invisíveis* -, vem ocorrendo uma potencialização dos mecanismos geradoras do valor, ainda que sob a *aparência* do não-valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *auto-exploração* do trabalho. Menos do que perda de validade da teoria do valor, nossa hipótese é que a *invisibilidade do trabalho é uma expressão aparente* que encobre a *real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laborativo onde ocorre exploração do trabalho*. Portanto, contrariamente ao que formulam os desconstrutores da teoria do valor, *há um importante elemento de ampliação, potencialização e mesmo realização da mais valia*.

Assim, há também um novo contingente, em franca expansão na classe trabalhadora, que compreende os trabalhadores das tecnologias de comunicação e informação, gama ampliada que abrange desde os trabalhadores/as de software, até aqueles que se ampliam nas empresas de *call center*, *telemarketing*, etc, que cada vez mais são parte integrante da *nova morfologia do trabalho*. Eles configuram o *novo proletariado de serviços*, (tema que desenvolvo em meu novo livro, com o título O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO, no prelo).

Como ciência e trabalho mesclam-se ainda mais diretamente no mundo da produção, a *potência criadora* do trabalho vivo pode assumir tanto a forma dominante do *trabalho material* como a *modalidade tendência do trabalho imaterial*, uma vez que a própria criação do maquinário informacional-digital avançado é resultado da interação ativa entre o saber intelectual do trabalho atuando junto à máquina informatizada, transferindo parte dos seus atributos ao novo equipamen-

to que resultou deste processo, *objetivando atividades subjetivas* ou constituindo-se como “*órgãos do cérebro humano logrado pelas mãos humanas*”, conforme a caracterização de Marx nos *Grundrisse*, dando *novas dimensões e configurações à teoria do valor*. E a dimensão cognitiva do trabalho, quando suscitadas pela produção, é imprescindível recordar, é parte constitutiva do *trabalho social, complexo e combinado* existente em escala global.

Ao contrário da chamada *descompensação do valor*, somos obrigados a descortinar os novos mecanismos geradoras do valor, próprios da *esfera informacional da forma-mercadoria*.

Para concluir: o desenho da *nova morfologia do trabalho*, então, se apresenta de modo mais complexificado no mundo atual, em escala global: no *topo* da pirâmide social encontramos trabalhos ultraqualificados que atuam no âmbito informacional-digital; na *base*, ampliam-se a precarização, os intermitentes e o desemprego, todos estruturais. No *meio*, a hibridez, o trabalho que pode desaparecer ou erodir, convertendo-se num novo desempregado e/ou precarizado, em decorrência das alterações (tempo, espaço) da planta produtiva. E todos estes segmentos sociais são pautados por crescentes modos de ser da informalidade.

Desse modo, além das clivagens e transversalidades existentes hoje, entre os trabalhadores estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos; brancos, negros e índios; qualificados e desqualificados; empregados e desempregados, estáveis e precários, nacionais e imigrantes, entre tantos outros exemplos que configuram a *nova morfologia do trabalho*, o exemplo dos imigrantes é ilustrativo do quadro tendencial de precarização estrutural do trabalho em escala global. Que têm, por isso, um papel central na luta de classes hoje. E compreender suas ações, rebeldias, resistências, formas de luta e suas organizações é um bom caminho para que possa haver uma melhor percepção das múltiplas e polissêmicas lutas anticapitalistas hoje.

# Sobre a classe trabalhadora hoje\*

• VIRGÍNIA FONTES

\* \*Extraído do capítulo “A subordinação do trabalho ao capital”, do livro *Pedagogia Socialista - Legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. Organizado por Roseli Caldart e Rafael Litvin Villas Bôas. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

**A**s classes trabalhadoras são o conjunto dos seres sociais cuja existência depende da venda de sua força de trabalho (ANTUNES, 1999), e vivem formas variadas de sujeição a proprietários. Seu número cresce incessantemente no mundo. Elas não se limitam ao operariado fabril, e incorporam os seres sociais disponíveis e necessitados de sobreviver em condições mercantis. A expansão do capitalismo é um contínuo processo de industrialização de atividades até então realizadas sob outras formas e esse processo não se limita a submeter trabalhadores a um sistema “fabril” - embora muitas vezes isso ocorra. O que interessa ao capital é a extração de mais-valor. A educação, saúde e transporte, setores antes ligados aos serviços, assim como os novíssimos aplicativos, como o Uber, foram “industrializados”.

O predomínio avassalador do capital aprofundou procedimentos expropriatórios em todos os continentes, do que resulta trabalhadores “livres” (expropriados), porém vivendo em condições muito diversificadas, nos campos e nas cidades. A classe trabalhadora é tendencialmente homogênea do ponto de vista de sua condição social: uns

se incorporam à vida social desprovidos dos meios de produção e da propriedade dos recursos sociais de produção, outros integram famílias proprietárias. O capitalismo não é um sistema de castas fechadas e há a remota possibilidade de mobilidade social, o que gera intensa propaganda para a aceitação das desigualdades sociais, como se o “sucesso” capitalista derivasse de méritos e não de heranças. A condição de classe trabalhadora convive com diferentes posições de classe, havendo trabalhadores com posições mais estáveis e seguras, outros ocupando posições instáveis, ou desempregados.

A ampliação da classe trabalhadora por sucessivas expropriações significa simultaneamente uma aproximação do ponto de vista da condição de classe e enormes diferenciações do ponto de vista de sua posição de classe no interior de cada país e no plano internacional. Cresce a precarização das condições laborais, com crescente separação entre “emprego” (contrato de trabalho ao qual se associam direitos) e trabalho. O caso Uber é talvez o mais ilustrativo: não há contratos, salários, jornadas, direitos, férias, etc. (FONTES, 2017)

Em recentes artigos, Marcelo Bada-

ró Mattos (2017 a; 2017 b) atualizou dados internacionais. Em 2013, metade da população mundial integrava a força de trabalho; o número de empregos no mundo cresceu mas, dentre os 3.1 bilhões de postos de trabalho ocupados em 2013, havia enorme variação. Apenas 1,65 bilhões recebiam salários regulares, enquanto 1,5 bilhões trabalhavam na agricultura e em pequenas empresas familiares; cerca de 200 milhões estavam oficialmente desempregados, e 2 bilhões de pessoas (na maioria jovens) não mais procuravam emprego. A Organização Internacional do Trabalho-OIT avalia que cerca de 50% do emprego no mundo é assalariado (com enormes variações regionais), mas englobando contratos temporários e/ou de tempo parcial. A OIT assinala que a produtividade cresce muito mais rápido do que os ganhos salariais na maior parte do mundo, e conclui que: “o modelo do emprego padrão [estável e de tempo integral] é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual, pois menos de um em cada quatro trabalhadores está empregado em condições correspondentes a esse modelo”.

Beverly Silver (2005) sugere um “permanente refazer-se da classe trabalhadora”, pois movimentos de lutas e conquistas formam (fazem) as classes, contrapostos a transferências de setor ou deslocamentos do capital, que tentam desfazê-las, mas geram “novas” classes trabalhadores em outros locais, reabrindo-se os ciclos de luta:

Ao focar no fazer, desfazer e refazer-se das classes trabalhadoras, nós acabamos por ficar mais atentos quando surgem lutas novas, tanto das classes-trabalhadoras-em-formação quanto aquelas feitas pelas antigas classes trabalhadores que estão sendo desfeitas; ou seja, as lutas daqueles que estão experimentando tanto os lados criativos quanto os destrutivos do processo da acumulação de capital. (...) onde o capital vai, o conflito capital-trabalho vai atrás. (...) “E cada vez mais fica parecendo que o capital não tem mais lugar para onde fugir.” (SILVER, 2016)

No Brasil, houve maior número de empregos com carteira assinada na primeira década do século XXI, mas a formalização

não reduziu a precariedade laboral. Houve intensificação dos processos de trabalho, precarização em setores de “ponta” ou “virtuais”, gerando “infoproletários”, extensão de um “precariado”. O crescimento da classe trabalhadora brasileira significou o aumento de sua heterogeneidade: em 2013, os trabalhadores terceirizados perfaziam 26,8% do mercado formal de trabalho, totalizando 12,7 milhões de assalariados. Eram contratados formalmente, mas através de empresas prestadoras de serviços, com salários menores e menor cobertura de direitos. Os terceirizados possuem jornadas maiores, rendimentos mais baixos, estão sujeitos a maior rotatividade no emprego e são as maiores vítimas de acidentes de trabalho. (MATTOS, 2017 a) A devastação dos empregos iniciada no governo Dilma Rousseff se acelerou (duplicou) após o golpe palaciano parlamentar-jurídico-midiático de 31 de agosto de 2016, com 14,2 milhões de desempregados no primeiro semestre de 2017.

As primeiras e dramáticas consequências separam os que conseguem vender sua força de trabalho e os demais, entre os que têm direitos e os que precisam sobreviver esgueirando-se entre atividades múltiplas e escassos direitos. As marcas das opressões históricas, mantidas, generalizadas e até mesmo aprofundadas pela extensão do capitalismo atravessam as classes trabalhadoras, a começar por fortíssimas desigualdades regionais. Mesmo dentre os empregados, o racismo e o machismo atingem profundamente os trabalhadores :

Segundo o censo de 2010, os homens recebiam no País em média 42% mais que as mulheres. Aqueles mais de 60% de trabalhadores formais registrados no início dos anos 2010 eram o resultado de uma soma em que 24% eram mulheres e 39% homens. (...) Desagregando os dados sobre rendimentos de 2010 a partir das classificações raciais do IBGE, os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538, em valores da época) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximavam do dobro do valor recebido pelos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735) (MATTOS, 2017 a. Grifos nossos, VF).

Persistem outras segregações, com desigualdades brutais, como a permanência de favelas, reproduzindo discriminações locais e regionais; a violência nas cidades e no campo tem recorte de classe. O próprio Estado estimula novas segregações, com a contratação de trabalhadores com menos direitos, generalizando intensa dessolidarização geracional.

A classe trabalhadora é composta por uma parcela crescentemente urbana e uma parcela rural, incluindo a população camponesa. Sem entrar na definição de camponato, é preciso levar em consideração a explicitação de uma proposta ou expectativa camponesa da parte dos principais movimentos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil.

No mundo, a parcela de residentes rurais atinge ainda quase a metade da população: em 2016, 45,7% da população mundial integrava a população rural segundo o Banco Mundial (2017). No Brasil, segundo o DIEESE, num universo de 190 milhões de pessoas contadas no Censo de 2010, a população rural era de 30 milhões de pessoas, ou 15,6% do total. Em 1985, havia 23,4 milhões de trabalhadores rurais, em 1995, a população rural ocupada [com 10 anos ou mais] era de 17,9 milhões de trabalhadores. Em 2013, essa população diminuiu para 15,2 milhões. Do total de trabalhadores ocupados no campo (15,2 milhões), apenas uma ínfima parcela figurava como empregadores: 1,9%, o que expressa a fortíssima concentração da propriedade da terra no Brasil e reduziu-se de 559 mil proprietários em 2004 para 267 mil em 2013 (redução de 52,2% do número de proprietários). O restante, quase 15 milhões de pessoas trabalhadoras, se distribuía da seguinte maneira: 29,0% (4,0 milhões) estavam na condição de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada), 28,3% (3,9 milhões) como conta própria, 30,3% (4,2 milhões) como trabalhadores na produção para o próprio consumo, 10,4% (1,4 milhão) como trabalhadores não remunerados. As desigualdades derivadas das condições de gênero e de cor de pele que incidem sobre o conjunto da classe trabalhadora são ainda mais gritantes no campo. (DIEESE, 2014)

A terceirização que parece “novidade” urbana integra de longa data a condição de vida dos trabalhadores rurais no Brasil:

A terceirização da mão de obra é um fenômeno antigo no meio rural e a figura do “gato”, agenciador de mão de obra, a face mais conhecida. Historicamente presente no campo, a terceirização da mão de obra é símbolo de trabalho precário e geralmente associado à informalidade, à subcontratação, ao trabalho escravo e a outros problemas relativos ao mundo do trabalho rural. (...) No Brasil, a terceirização está presente dos pequenos negócios rurais às grandes empresas. (DIEESE, 2014: 25)

A classe trabalhadora cresceu no mundo e no Brasil. Há uma crescente homogeneidade de condição social, ao lado de intensa heterogeneidade das posições sociais ocupadas, tanto em termos de renda, quanto em termos de direitos, de educação, acesso à saúde, cultura, expectativas, etc.

## DESAFIOS

As contradições sociais são diretamente vividas pelas classes trabalhadoras, experimentadas no cotidiano, e se expressam em reivindicações parciais: lutas urbanas, de bairros, de jovens, lutas contra discriminações religiosas; prosseguem as lutas sindicais, legítimas embora com contingentes de trabalhadores proporcionalmente reduzidos; enfrentamentos contra discriminações (racismo, machismo, sexismo, xenofobias, etc.). Nem sempre coligadas com a luta anticapitalista, todas elas são formas de luta de setores da classe trabalhadora frente às contradições crescentes da sua existência.

Práticas empresariais sustentadas por entidades internacionais e nacionais procuram sistematicamente impedir que as lutas parciais derivem em enfrentamento ao capitalismo. Entidades empresariais fundacionais e “sem fins lucrativos” oferecem “apoios” a alguns setores, pretendendo formar “elites” populares, capturando-as para a gestão privada de programas sociais. Trata-se de luta de classes: as burguesias não pretendem mudar o mundo do capital, mas

bloquear as classes trabalhadoras. São intervenções patronais constantes na luta de classes, impotentes para desfazer as contradições que exacerbam. Esse ativismo mostra o temor das classes dominantes da associação entre tantas reivindicações, sobretudo quanto à igualdade social, ao respeito às diferenças e à garantia de um sociometabolismo que assegure as relações entre sociedade e natureza, enfrentando as novas desigualdades e devastações humanas e naturais. Um anticomunismo primário se mescla com filantropia - doando o supérfluo para evitar a revolta pelos males que provoca. Se o convencimento não for suficiente, a violência estatal ou para-militar destina-se aos recalitrantes.

Somente poderemos ser plenamente diversos (e diferentes) em condições de igualdade. A desigualdade recria hierarquias e preconceitos. Nossa luta, como disse Rosa Luxemburgo, é: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Cor de pele, sexo e gênero, origem regional ou nacional, língua ou cultura são expressões da enorme riqueza social da humanidade, que recusa ser expropriada e mercantilizada.

A construção de novas e poderosas sínteses entre as diversas lutas sociais pela igualdade é nosso desafio permanente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. SP, Boitempo, 1999

BANCO MUNDIAL. <http://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SP.RUR.TOTL.ZS?view=chart>, acesso 04/07/2017.

DIEESE - Estudos e Pesquisas No 74 - out. 2014 - O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro.

FONTES, V. “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho”. In: KALLAIKIA - Revista de Estudos Galegos. Galiza (Espanha), Nº 2, junho de 2017

MATTOS, M. Badaró. O sujeito histórico: notas introdutórias para o debate

da esquerda socialista no Brasil In: <http://blogjunho.com.br/o-sujeito-historico-notas-introductorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/> 2017 (a). Acesso 21/05/2017.

MATTOS, M. Badaró. Ainda o sujeito histórico, In: [http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introductorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/#\\_ftnref7](http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introductorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/#_ftnref7), 2017 (b). Acesso 21/05/2017.

SILVER, B. O refazer-se da classe trabalhadora global - 21/06/2016, acesso em 21/05/2017, In: <http://blogjunho.com.br/o-refazer-se-da-classe-trabalhadora-global/>

SILVER, Beverly M. Forças do Trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. SP, Boitempo, 2005.



# COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE



# O golpe de 1964 por dentro dos meios de comunicação

• **ED WILSON ARAÚJO**, jornalista, doutor em Comunicação (PUCRS), professor da UFMA, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias no Maranhão (Abraço/MA)

**E**sse texto tem o objetivo de interpretar como o Golpe de 1964 foi minuciosamente preparado no aspecto civil, operacionalizado com uma participação expressiva dos meios de comunicação. Antes do uso efetivo da força repressiva, a intervenção militar foi preparada em uma ampla operação política, coordenada pela elite empresarial, em uma ação conjunta de duas entidades: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

A principal referência do texto é a obra “1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”, de René Dreifuss. O autor argumenta que a concretização do golpe, em 1964, foi o desfecho de uma campanha orquestrada pelo “complexo IPES/IBAD”, combinando: campanha ideológica e ação política. Dreifuss (2006) incorpora no seu estudo o sentido da guerra, com todos os ingredientes e características da atividade bélica: 1 - campanha: difusão ideológica “assalto à opinião pública”; 2 - doutrina: pensamento da elite orgânica; 3 - engajamento: mobilizar a população; 4 - exército: recrutar jornalistas, escritores, tecnoburocracia especializada, parlamentares, gestores, historiadores, empresários, banqueiros, reitores, religiosos etc.

Os objetivos da campanha foram direcionados para movimentar a opinião pública contra a esquerda, o comunismo e o populismo. Nas palavras de Dreifuss (2006, p. 243), a ação do complexo IPES/IBAD visava a “... conter as forças populares, desagregar o

bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar.”

Para melhor compreensão do sentido da guerra ideológica, cabe subsidiar o pensamento de Dreifuss (2006) com os ensinamentos de Clausewitz (1996), ao dizer que a guerra no sentido militar visa atender interesses políticos. Na obra “Da guerra”, Clausewitz (1996) desenvolve uma teoria sobre a atividade bélica tomando como fundamento a base de que os objetivos políticos estão acima dos militares. Segundo Clausewitz (1996, p. 26) “a guerra de uma comunidade - de nações inteira e particularmente das nações civilizadas - surge sempre de uma situação política e só resulta de um motivo político”.

No cenário de montagem do golpe, o motivo político era desmontar o bloco histórico-populista e destituir o governo João Goulart. Nesse contexto, segundo Dreifuss (2006), a ação orquestrada do complexo IPES/IBAD consistiu no planejamento de uma campanha política e ideológica com duas modalidades de ação: 1 - Ação ideológica e social e 2 - Ação político-militar.

Para a objetividade do texto, cabe destacar a 1 - Ação ideológica e social, baseada, segundo Dreifuss (2006), em Doutrinação Geral e Doutrinação Específica. A Doutrinação Geral através dos meios de comunicação visava atacar os seguintes alvos: o comunismo e o socialismo; a oligarquia rural; a corrupção do populismo.

A Doutrinação Geral construía um movimento de opinião para “infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista” (Dreifuss, 2006, p. 249). Esta ação passava pela produção e distribuição de uma avalanche de livros, revistas, cartilhas, palestras, conferências com figuras públicas, debates, teatro, entrevistas, cinema, desenho animado etc. Todo esse conteúdo era fartamente noticiado no rádio e na televisão. O “exército” formado pelo IPES/IBAD consistia no “alistamento” de intelectuais, artistas, especialistas em diversas áreas, principalmente de mídia. Havia também nesse processo uma articulação especial com as agências de publicidade internacionais, constituindo “uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como “manipuladores de notícias” e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações.” (Dreifuss, 2006, p. 250)

O exército de redatores não só escrevia nos jornais como estava diretamente envolvido no Grupo de Opinião Pública. Havia também um grande fluxo direcionado de informações através das agências de notícias e de publicidade, destacando-se a brasileira Planalto, administrada pelo próprio IPES; e a norte-americana Promotion S.A. Notícias, artigos, entrevistas, reportagens, manifestos e outros escritos eram reproduzidos em todos os jornais do país, por meio da rede de transmissão à disposição do complexo IPES/IBAD.

A agência Planalto chegava a distribuir conteúdo jornalístico para 800 jornais e emissoras de rádio no país, “com várias remessas semanais de material noticioso constituído de informação e análise, serviço inteiramente gratuito. Prestava-se à mesma função a Asa-Press.” (Dreifuss, 2006, p. 253) Com base na doutrina da Aliança para o Progresso, a propaganda anti-comunista era feita também através de folhetos, livros ou panfletos. A “Cartilha para o Progresso”, com mais de 1 milhão de cópias, ganhou suplemento na revista Fatos e Fotos, do Grupo Bloch. O trabalho do IPES/IBAD consis-

tia ainda na “tradução” de textos técnicos, científicos e religiosos para uma linguagem acessível ao grande público. Até a encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, foi transformada em cartilha ilustrada com linguagem popular.

A máquina editorial do IPES não só publicava, como também financiava, traduzia e distribuía grande quantidade de livros, livretos, revistas e folhetos voltados para colocar o público contra o socialismo, o comunismo e o nacional-reformismo. Havia ainda uma publicação específica destinada ao público das Forças Armadas, fartamente distribuído nos quartéis. O livreto “O gorila” tratava de desconstruir o marxismo e o comunismo, associando-os a matança de padres, estupro de freiras, destruição de igrejas, assassinatos em massa e à criação de campos de trabalho forçado.

O complexo IPES/IBAD processava no âmbito das suas ações um plano de reforma do Estado e um programa de governo. Para executá-los havia um interesse especial nas eleições legislativas de 1962. Este ano foi o auge da fase de preparação da intervenção militar, pois a arquitetura do golpe devia contemplar a eleição de parlamentares que efetivassem uma série de reformas, principalmente a trabalhista e previdenciária. Alguma semelhança com o cenário atual?

Para concretizar a eleição de parlamentares comprometidos com esta agenda, o complexo IPES/IBAC desencadeou o que Dreifuss (2006) chama de Guerra Psicológica Através do Rádio e Televisão, mobilizando o Grupo de Opinião Pública e o Grupo de Doutrina e Estudo, encarregados de preparar subsídios para alimentar a participação da elite orgânica nas eleições de 1962. “Visando modelar a opinião pública a seu favor até as eleições, o IPES produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes, o que lhe custou 10 milhões de cruzeiros.” (Dreifuss, 2006, p. 263) Essa máquina de propaganda televisiva e radiofônica tinha sempre à disposição uma “reserva de oradores” ou “bureau de oradores” capazes de construir uma linguagem acessível ao grande público eleitor.

Os temas eram “Reforma Agrária, Desenvolvimento e Inflação, Reforma Tributária, Participação dos Empregados nas Empresas, a Aliança para o Progresso, Capital Estrangeiro, Papel da Universidade na Vida Nacional, Planejamento do Estado versus Livre Iniciativa, Democracia e Comunismo, Parlamentarismo versus Presidencialismo, Reforma Eleitoral e Sindicalização Rural e Urbana.” (Dreifuss, 2006, p. 265)

O complexo IPES/IBAD atuava também cooptando diretores, atores e produtores de televisão ao ideário de ataque ao comunismo. Por outro lado, bloqueava os profissionais da mídia não alinhados ao projeto, utilizando-se de métodos como o cerceamento dos anunciantes para os programas que destoassem das orientações editoriais pretendidas pelas forças golpistas. Isso era feito através do controle de verbas publicitárias sob a gestão da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).

O rádio teve um papel fundamental na difusão das ideias golpistas, devido principalmente à forte inserção junto aos pobres e analfabetos. “Em 1961, o IBAD apresentava programas de rádio em trinta e quatro das principais cidades. Em julho de 1962, ele tinha cinquenta e um programas em horários nobres durante a semana e transmissões especiais nos fins de semana. No auge de suas atividades, dispunha de mais de oitenta apresentações semanais no rádio, para todo o país, nos horários especiais. No apogeu da campanha anterior às eleições, financiava mais de trezentos programas diários praticamente controlando o horário nobre das estações de rádio do país.” (Dreifuss, 2006, p. 267-268). Esta organização no meio radiofônico foi fundamental para contrapor o líder trabalhista Leonel Brizola, criador da Cadeia da Legalidade. Contra ele, formou-se a “Cadeia de Democracia”, com mais de 100 emissoras em todo o país.

Os cartuns e filmes também foram largamente utilizados na Guerra Psicológica, voltados principalmente para o público pouco letrado. “Objetivando atingir aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir uma entrada no cinema, o IPES montava

projetores em caminhões abertos e ônibus com chassis especiais, mostrando filmes não só em favelas e bairros urbanos mais pobres das maiores cidades do Brasil, mas também por todo o interior dos Estados.” (Dreifuss, 2006, p. 269). Empresas como a Mesbla, Mercedes Benz e a Caio -fabricante de carrocerias de caminhões e ônibus, ajudavam a mobilizar esses caminhões.

A maioria dos filmes visava proporcionar um misto de entretenimento e doutrinação. A película principal era no geral um faroeste made in USA e logo em seguida um filme do IPES, sempre pregando a colaboração harmônica entre as classes sociais e denunciando a exploração dos estudantes que eram aliciados para fins políticos por organizações de esquerda. Alguma semelhança com o projeto “Escola Sem Partido”? Entre os títulos dos filmes, constavam: O que é o IPES?, História de um Maquinista, Nordeste Problema n. 1, Criando Homens Livres, Que é a Democracia?, Vida Marítima, Portos Paralíticos, Asas da Democracia, Conceito de Empresa, A Boa Empresa, Deixem o Estudante Estudar, Uma Economia Estrangulada, Papel da Livre Empresa.

Como exposto acima, a intervenção militar foi precedida de uma grande operação realizada com a participação expressiva e indispensável dos meios de comunicação. Guardadas as devidas proporções e cenários conjunturais, o Golpe de 1964 guarda semelhanças e aproximações com o processo que levou ao impeachment da presidente Dilma Roussef (PT) em 2016 e à disseminação do ódio às ideias de esquerda. Mais uma vez, o socialismo, o marxismo e o comunismo são estigmatizados como teoria e prática intoléráveis à elite orgânica.

#### REFERÊNCIAS

DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

# Comunicação em tempos de golpe

- **BETO ALMEIDA**, Presidente da TV Cidade Livre de Brasília, Conselheiro do Jornal Brasil Popular, Fundador da Telesur

**E**ste é, realmente, um tema muito instigante para um painel de debates entre trabalhadores, jornalistas sindicais e de movimentos sociais. Estamos vivendo, dolorosamente, a experiência de não haver organizado um sistema mais avançado, democrático e popular de mídia durante o período em que realmente muitas iniciativas poderiam haver sido tomadas. O preço aí está.

Qualquer experiência de governo democrático e popular, por mais limites e imposições que sofra, não deve deixar de considerar a hipótese sempre presente, muito real, de que golpes estão permanentemente sendo tramados. Não há descanso, nem aceitação, nem respeito democrático pelas oligarquias e pelo poder imperial quando governantes como Lula ou Dilma chegam à Presidência.

Recentemente tomamos conhecimento de três autocríticas de dirigentes que sofreram derrotas políticas, reconhecendo não terem adotado medidas que poderiam ter adotado para construir uma mídia própria, ainda que isto não significasse a necessária extirpação do poder destrutivo representado hoje pela Rede Globo, que, afrontando a Constituição, atua ilegalmente como um partido político diuturnamente na organização do golpismo em todos os sentidos.

## Lula e a regulamentação

Lula reconheceu, recentemente, que quando presidente assegurou a destinação de volumosas verbas publicitárias para

os grandes conglomerados de mídia e, além disso, não atuou para impedir que a Polícia Federal destruísse, ilegalmente, o equivalente a 147 milhões de reais em equipamentos de rádios comunitárias apreendidas e confiscadas ao arrepio da lei. Ele já declarou que numa hipótese volta à presidência irá trabalhar prioritariamente pela regulamentação dos meios de comunicação. Vale registrar que o presidente da Radiobras indicado por Lula ao cargo, o jornalista Eugênio Bucci, utilizou o cargo para defender a extinção da Voz do Brasil, uma experiência bem sucedida de regulamentação informativa que, ainda hoje, informa mais e melhor do que os noticiários de emissoras comerciais todos com linha editorial golpista. Inclusive, com maior dose de pluralidade e diversidade informativa. Bucci estava em sintonia com a campanha da ABERT para impedir que a Voz do Brasil, exemplo de regulamentação informativa, persistisse. Recentemente, Bucci participou de encontro de intelectuais e personalidades conservadoras na Argentina, evento sintonizado com retrocessos conservador em marcha em alguns países da América Latina.

## O controle remoto de Dilma

Outra personalidade a fazer uma autocrítica em matéria de mídia foi a Presidenta Dilma Roussef, apeada do cargo sem esboçar um único gesto de resistência ao golpe que se armava com todas as evidências possíveis. Apesar disso, os instrumentos de mídia disponíveis, não foram audaciosamente

utilizados para defender a democracia como fez, por exemplo, o ex-governador Leonel Brizola, que montou a Rede da Legalidade, com emissoras espalhadas por todo o país, em articulação com a mobilização cívico e militar que convocara a partir do Rio Grande do Sul, com o que derrotou o golpe que tentara impedir a posse de João Goulart na presidência, em razão da renúncia do presidente Jânio Quadros, O papel revolucionário do rádio, derrotando o golpe, é, até hoje, uma página memorável que precisa ser constantemente estudada e lembrada pelos comunicadores progressistas, como prova do poder transformador da comunicação, quando sintonizada com uma causa popular justa. Registremos que Dilma, lamentavelmente, havia declarado que o único controle social que admitia é o controle remoto, numa prova de que nada faria para democratizar os meios de comunicação.

Todas as propostas a ela apresentadas foram solenemente rejeitadas, inclusive a de editar um jornal popular de massas, com distribuição gratuita, e também digital, apesar dos fartos recursos publicitários que destinou aos magnatas da mídia que os utilizaram na realização do golpe. Propostas para fortalecer as TVs e Rádios Comunitárias foram ignoradas, muito embora não exigissem nem aprovação do Congresso Nacional, onde já não dispunha mais de base parlamentar de apoio. Outra proposta ignorada foi a de destinar parte do horário da Rádio Mec às Centrais Sindicais, tal como o fizera o presidente Getúlio Vargas quando criou a Rádio Mauá, a Emissora dos Trabalhadores, muito embora esta mudança exigisse apenas um convênio e uma portaria ministerial, como tantas que são feitas e atendem pleitos de entidades do campo conservador.

### **Haddad e tv que não criou**

O terceiro dirigente a fazer uma autocrítica foi o ex-prefeito paulistano Fernando Haddad, que atribuiu sua derrota ao fato “do povo não estar informado sobre as boas realizações de sua gestão” à frente da Prefeitura da maior cidade do país. Ou seja, não estava informado porque a política municipal de comunicação não informou,

sejamos claros. Assim que eleito, um grupo de jornalistas, entre os quais me encontrava, entregou a Haddad uma proposta para a criação da TV Pública Municipal, tal como lhe garante a lei 12485, que sucedeu a Lei do Cabo. Ou seja, sem necessidade sequer de uma batalha parlamentar no Congresso, Haddad poderia usar a prerrogativa desta lei que garante às prefeituras um canal de televisão por cabo, o que, no caso da capital paulista, significa que a nova emissora municipal já nasceria com um público estimado de 1 milhão de domicílios alcançados, pois é a cidade mais cabeada do país. Se compararmos com a queda vertiginosa das tiragens dos dois jornais locais, a Folha e o Estadão, entre outras razões pela decadência de suas respectivas credibilidades, pode-se afirmar que o prefeito petista teria em mãos uma significativa capacidade de informação de suas boas realizações à frente da prefeitura. Segundo informado extraoficialmente, o prefeito teria recusado a proposta para não indispor-se frontalmente com a oligarquia midiática. Mas, como ele revelou em longa carta publicada pela Revista Piauí, a oligarquia midiática não lhe permitiu governar como tinha legítimo direito, com base na vontade do eleitor paulistano. Veio a derrota, com gosto de golpe, mas também, em razão da falta de iniciativas corajosas e audaciosas do campo progressista para democratizar a comunicação. A conta é amarga, chama-se João Dória.....

Agora registremos as experiências legítimas de resistência ante o golpismo, que, como o espírito e a coragem da Rede da Legalidade de Leonel Brizola, assumem a tarefa indeclinável de defender a democracia e as conquistas populares na esfera midiática

### **O Jornal Cambio da Bolívia**

O presidente Evo Morales, da Bolívia, frente ao golpismo midiático que jamais aceitou que um índio seja o primeiro mandatário de um país, convocou os magnatas da mídia e exigiu que provassem as acusações contra ele feitas, inclusive as que o consideraram um “narco-presidente”. Como nenhuma prova foi apresentada, como também não

houve provas de irregularidades cometidas por Dilma, Evo decidiu criar um jornal público de circulação nacional. Hoje, o jornal *Cambio*, tem uma tiragem equivalente a do maior jornal da burguesia boliviana e custa quatro vezes menos, para ter efetivo alcance nacional.

Além disso, com a ajuda da Telesur, montou-se lá a TV Pública e, também, uma rede de rádios indígenas, que transmitem em idiomas originários, respeitando a composição étnica do Estado Plurinacional da Bolívia. Evo, hoje, governa um país que é o que mais cresce na América do Sul, que mais nacionalizou os recursos naturais, que erradicou o analfabetismo, com a sempre presente solidariedade de Cuba, e caminha com estabilidade para consultar o povo sobre mais um mandato à frente daquele que foi o país que mais golpes de estado registrou na história regional.

### **A Comunicação bolivariana na Venezuela derrotando os golpes**

Na Venezuela, Maduro dá continuidade à linha definida pela Revolução Bolivariana iniciada por Hugo Chávez e, com repetido apoio popular no voto e nas ruas, expande um sistema público midiático que inclui jornais estatais de massa de distribuição gratuita, apoio à comunicação comunitária, fortalecimento das tvs públicas, criação da TV da PDVSA (estatal petroleira) e também a TV das Forças Armadas, consolidando a unidade cívico militar que tem sido a base de avanço e defesa das conquistas bolivarianas. Entre estas conquistas vale citar a erradicação do analfabetismo, a redução vigorosa da mortalidade infantil, como comprova a Unicef, a construção de 1,8 milhões de moradias populares entregues mobiliadas e equipadas (Venezuela tem população de apenas 30 milhões de habitantes), além de lançar seu terceiro satélite e impulsionar a integração da América Latina, solicitando, ademais, ingresso do país nos BRICS, Com a sistemática e cruel agressão midiática, monetária, econômica que a Venezuela vem sofrendo, somente com uma comunicação democrática, popular e transformadora é possível resistir

a tantas adversidades, encorajando o povo a manter a sábia unidade cívico militar construída por Hugo Chávez.

Já que o Brasil sempre viveu sob so-lavancos golpistas, e quando agora, sob várias formas, surgem sinais de debilitamento do golpe liderado por Temer, embora organizado do exterior, é imperativo que todas as experiências do passado e do presente sejam devidamente comparadas, com humildade e sabedoria, para que, no caso da recuperação do Estado de Direito, saibamos realmente assegurar que não há verdadeira democracia, estável e enraizada, se não construirmos, também, uma democracia midiática que por permita, como povo brasileiro, realizar a mais profunda alfabetização política, tal como outros povos irmãos hoje realizam.



# A COMUNICAÇÃO NA ERA DOS ROBÔS E A NOSSA COMUNICAÇÃO



# A esquerda e a imigração: Um chamado à luta!

• GUSTAVO BARRETO, ESPECIAL PARA O NPC

**M**ichel Foucault conta em seu *História da Loucura* a trajetória das casas de *repouso* ou tratamento da Europa da Idade Média em diante. Antes centros criados para os então chamados *leprosos*, era isolados da sociedade devido a uma série de motivações - inclusive políticas e religiosas, e que nada tinham a ver com saúde pública. No momento histórico seguinte, estes centros passam a abrigar - ou aprisionar, melhor dizendo - pessoas com doenças venéreas.

Após algum tempo, sem uma quantidade significativa desses doentes, passam a receber os chamados *loucos*. Foucault mostra que os motivos eram pouco relacionados com a saúde ou a ordem pública - e mesmo assim dezenas de milhares de pessoas foram submetidas a métodos obscurantistas para serem “tratados”.

**E a história de isolamento - inclusive midiático - continua nos dias de hoje, desta vez com o grupo mais vulnerável da atualidade. São os deslocados à força, por guerras ou desastres político-naturais.**

Em Lesbos, no norte da Grécia, tive que andar por uma hora para chegar ao principal campo de refugiados da ilha - chamado Moria. É esse o caminho que teriam que fazer os deslocados para se deslocar para o centro da cidade. Uma lei local - me contaram os ativistas - tentava impedir até mesmo a prática de carona, uma infração segundo a legislação.

Em Calais, no norte da França, tive que andar duas horas - em uma cidade com população de no máximo 80 mil pessoas -

para chegar à região onde ficava “A Selva” - em francês, “La Jungle” - uma área verde que fica atrás de uma outra área industrial, essa área industrial separando a “cidade” e o campo de refugiados informal.

O isolamento não é só geográfico: em Lesbos, eu questionei as autoridades sobre o fato de os refugiados não terem acesso à Internet no campo. Isso os ajudaria a se comunicar com seus entes queridos, obter todo tipo de informação e até mesmo buscar seus direitos e se organizar. A resposta: aquela era uma área militar e a internet era bloqueada. Isso foi em 2015, não nos anos 1990.

**Em Calais, o mesmo cenário. O papo era muito proveitoso. Eles nunca pediam nada, exceto cigarros. Todos queriam cigarros. Se os tivesse, teria criado um vínculo maior imediato, embora as pessoas sempre se interessavam por brasileiros - esses que são os alienígenas mais felizes do planeta. Eram os ativistas os principais responsáveis por sua alimentação.**

A esquerda mundial precisa urgentemente repensar seu posicionamento em relação a este tema, já que historicamente possui poucas lideranças engajadas.

São mais de 65 milhões de pessoas deslocadas à força, sendo que 22 milhões delas foram obrigadas a cruzar alguma fronteira nacional. É um recorde histórico.

O conflito na Síria continua fazendo com que o país seja o local de origem da maior parte dos refugiados - 5,5 milhões. Outros 7 milhões se deslocaram dentro da Síria. Esse é o preço não só das guerras ca-

pitalistas promovidas pelas superpotências - e, acima destas, pelos conglomerados empresariais -, mas também da omissão de governos considerados progressistas diante das políticas genocidas guiadas para fins de lucro imediato.

Aqui no Brasil, temos pouca consciência do problema: hoje o país tem 9 mil refugiados registrados, com cerca de 30 mil solicitantes de refúgio. Todo dia, durante o primeiro semestre desse ano, 7 mil sírios foram deslocados à força. Em uma semana, só os sírios deslocados ultrapassam os nossos dados. Aqui, não temos a total dimensão da questão.

A cada três segundos, uma nova pessoa é forçada a se deslocar; 50% são crianças. Em um ano, bem mais de 75 mil crianças pediram refúgio sozinhas. O preço principal é pago pelos países que menos recursos têm: 84% estão em países de renda média ou baixa; 28% estão nos países mais pobres do mundo. Isso é quase um em cada três.

A batalha midiática perdida pela esquerda faz com que estes dados sejam cotidianamente manipulados, distorcidos, como se a crise fosse promovida por uma determinada religião, grupo, país. A crise é dos sistemas políticos como um todo, incluindo aí o capitalismo em plena crise - mas, também, outros sistemas políticos locais que não dão conta de representar adequadamente os povos em um planeta em transformação.

Se a direita continua sua marcha fascista em todo o mundo, conquistando postos importantes sobretudo na Europa, Ásia e Américas, a esquerda parece ter perdido o bonde da história nessa última década. As frequentes derrotas em países-chave caminham junto ao avanço de forças cada vez mais violentas e genocidas, empurrando milhares de pessoas para outros países ou simplesmente as afundando no mar. Só nesse ano, foram mais de 4 mil mortos no mar tentando alcançar a segurança - e nenhuma linha sobre isso.

Hoje, entre os dez países que mais recebem refugiados no mundo, nove não são europeus ou ricos. Turquia, Paquistão, Líbano, Irã, Uganda, Etiópia, Jordânia, República De-

mocrática do Congo, Quênia... e Alemanha, a única citada cotidianamente na mídia!

Ao perdermos o debate midiático, perdemos também parte da própria esquerda - que não consegue responder à altura aos ataques contra os migrantes e refugiados.

Na economia, também não conseguimos combater as notícias falsas e manipuladas. Um estudo de uma agência especializada da ONU, o Fundo de Desenvolvimento Agrícola, mostrou dados de 2007 a 2016 sobre remessas dos migrantes. São 400 bilhões de dólares enviados dos países de destino aos países de origem. Significa dinheiro que está escapando das economias? Não! Cerca de 85% fica no próprio país. É uma quantia, do ponto de vista econômico, irrisória.

Essas pequenas quantidades - 200, 300 dólares - que cada migrante manda para casa representam cerca de 60% da renda doméstica da família. Cada migrante apoia em média quatro pessoas no país de origem - são 200 milhões de pessoas apoiando 800 milhões de outras pessoas que, assim, saem da pobreza. E mais: 0,2% do nosso PIB se deve às remessas dos brasileiros no exterior.

Essas remessas individuais representam mais de três vezes a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) de todas as fontes - ou seja, toda a ajuda humanitária e outras formas de cooperação global oriunda de países doadores -, além de ser mais do que o investimento estrangeiro direto total para quase todos os países de baixa e média renda.

Cerca de 40% das remessas - 200 bilhões de dólares - são enviadas para áreas rurais onde a maioria dos pobres vive. Este dinheiro é gasto em alimentos, cuidados de saúde, melhores oportunidades educacionais e melhoria da habitação e saneamento.

Os trabalhadores migrantes investem mais que a ajuda humanitária e as empresas estrangeiras - e isso não está sendo comunicado, pois a principal batalha - a midiática - foi perdida.

## ESTIGMAS E IGNORÂNCIA

Aiman, um amigo do Sudão que já estava, me conta: quando ele chega no ônibus, em geral não tem problema com a polícia - por ser negro -, ao contrário dos “árabes”, embora haja, claro, árabes negros, muçulmanos brancos etc. Aiman é um africano árabe negro muçulmano, mas a polícia não o enxergou por não ser o típico árabe.

Um brasileiro que estava morando na estrada na Europa me conta que muitas vezes conseguia pegar carona, mas nem sempre - ele é o que a gente chama aqui de “moreno”. É negro, portanto. E para muitas pessoas dirigindo carros na Europa, ele poderia ser perfeitamente da Eritreia ou da Somália, onde as pessoas são mais parecidas com a gente do que a gente imagina. Eles não são negros necessariamente. Eles são, em grande parte, “morenos”. Nós os chamamos de negros porque eles são africanos.

E será que os brasileiros têm ainda a ilusão de que ser branco basta para que o mundo se abra para eles? Será que existe brasileiro que ainda acha que é branco, aliás? Eu sei que eu não sou branco - eu percebi isso quando sofri repetidas vezes racismo nos EUA ou quando fui detido na Grécia. E sei que não sou negro também - isso me é lembrado todos os dias no Brasil, um país com raízes, tradição e atualidade racistas.

Se o critério do debate for o velho ‘nacionalismo’, então estamos em maus lençóis. Temos atualmente, segundo o Ministério da Justiça, menos de um milhão de estrangeiros vivendo no Brasil, uma cifra de 0,5% de sua população. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, em contrapartida, temos cerca de 2,5 milhões de brasileiros vivendo no estrangeiro: neste exercício do absurdo, devolvidos os nossos para cá e os deles para lá, teríamos mais 1,5 milhão de pessoas aqui.

A conta econômica também não faz muito sentido: temos 0,5% de estrangeiros aqui. Os EUA possuem 14,6%; o Canadá tem mais de 20%; a Austrália, quase 30%. A Alemanha, com seus 1,5 milhão de recentes imigrantes, tem 12% da população estrangei-

ra - assim como na França, onde quase metade dos imigrantes vem da própria Europa. Não há como dizer esses dados sem combater a imprensa que diariamente sugere que há uma “invasão islâmica”, ou que sugere que a maior crise de migração está na Europa. Aqui perdemos mais uma vez a batalha midiática.

E os especialistas? Não faltam, na mídia.

Pergunte a um destes onde estão os estudos que demonstram que migrantes roubam empregos? Um silêncio ensurdecido se estabelecerá. A própria esquerda brasileira, na Constituinte de Vargas, já cometeu esse erro histórico.

Isso é simples de explicar: esses estudos são escassos, pontuais ou simplesmente não existem. Mesmo em situações extremas, com grandes levadas de migrantes por algum tempo, o fator migratório não consegue modificar salários ou a situação estrutural de um país. E ainda há, por outro lado, estudos mostrando o contrário!

É comum ouvir a palavra “invasão” quando relacionada a haitianos ou africanos. Nunca a espanhóis, portugueses, norte-americanos. Em 2016, a nacionalidade que recebeu o maior número de autorizações de trabalho foi... a norte-americana! Foram 3.952 concessões. Os demais países que tiveram os pedidos atendidos foram, na ordem, Filipinas (2.841), Reino Unido (1.844), Índia (1.675), Itália (1.664), Espanha (1.389), Alemanha (1.228) e França (1.204). E não se houve a palavra “invasão” na mídia de classe.

A esquerda precisa repensar a questão desta que é a principal crise do século 21. Nela foram deixadas à própria sorte 65 milhões de pessoas - isso representaria o 21º maior país do mundo! As respostas clássicas da esquerda para as questões migratórias estão desatualizadas. Estamos perdendo não só a batalha midiática, mas também a batalha política. Precisamos reagir - e já! Experiências de base não faltam, mas precisam ser reforçadas no contexto das demais lutas dos movimentos sociais, em um país que perigosamente flerta com o fascismo e a xenofobia.

# OFICINAS



# Regras básicas para um texto que comunique: palavras conhecidas e frases curtas

- VITO GIANNOTTI - Capítulo do livro “Comunicação dos trabalhadores e hegemonia”, de Vito Giannotti. (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014). O livro está disponível na internet, em <https://fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o-web-ok.pdf>

**D**e nada adianta escrever as mais maravilhosas teses sobre a revolução brasileira ou sobre a participação nos lucros, ou sobre o direito à moradia e a ocupação de terras, se o texto não é compreendido por quem o deveria ler. Didaticamente, podemos dividir em dois os problemas referentes à linguagem. O primeiro são as próprias palavras. O segundo é o tamanho das frases. Se não observarmos essas duas exigências da nossa linguagem, acumularemos frustrações e decepções mil.

Tomemos, como exemplo, o caso de um sindicato de educadores e educadoras. Escolhemos este exemplo pois os professores e professoras são uma categoria de trabalhadores que possui uma enorme possibilidade de influenciar centenas de pessoas. Imaginemos um professor de escola primária, ou melhor ainda, do ensino médio. Este trabalha diretamente com centenas de crianças e jovens diariamente. E além disso pode influenciar pais e mães destes alunos através de mil atividades culturais, educativas e associativas. Enfim, está em contato direto com corações e mentes de centenas de pessoas, semanalmente. E aí? Aí é um maná para comunicar ideias e valores das mais variadas formas. De dialogar, discutir, se confrontar

sobre todos os temas da vida e do mundo.

Pois é, falamos de possibilidade de construir uma visão de mundo. Perfeito. Beleza. Mas como? Ora! Se comunicando, recebendo e dando, trocando no mais perfeito método de Paulo Freire. Mas há um porém. Esta comunicação tem que ser feita na língua do país e do lugar onde estes educadores atuam. Se for numa língua estrangeira para a maioria, não haverá comunicação alguma.

Se um jornal, revista ou blog sindical estiver escrito somente para professores ou professoras, é uma coisa. Se este instrumento de mídia quiser atingir o conjunto dos pais ou dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos seus alunos de uma cidade ou região é outra coisa. Se o sindicato destes educadores quiser mostrar para a sociedade que os salários dos educadores brasileiros estão entre os mais baixos do mundo, será preciso escrever de maneira que a sociedade possa entender. Senão, pra que perder tempo?

Não adianta desfilhar dados da Unesco, que provam que os salários dos educadores brasileiros são os mais baixos dos países industrializados. Não adianta escrever que a jornada de trabalho, para um infeliz que tem que trabalhar em três empregos, che-

ga até a 60 horas semanais. Não adianta provar que esse fato atinge a qualidade do ensino ministrado. Se o dito sindicato quiser esclarecer e convencer milhares de pais de alunos e alunas sobre esta situação, tem que escrever de forma compreensível. E aí, quem sabe, conseguir levá-los à ação para pressionar governos de todos os níveis a tomar medidas que mudem a situação.

Oferecer a um trabalhador ou uma trabalhadora um texto rebuscado, cheio de expressões e palavras para ele incompreensíveis é ofendê-lo. É xingá-lo. É repetir que ele não sabe ler. É reforçar a relação de sujeição frente às autoridades, sejam os políticos, o “seu doutor”, a polícia, o sindicato ou o jornalista sindical. É jogar-lhe na cara, como se a responsabilidade fosse sua, que ele não estudou. Que ele não quis “vencer na vida” e por isso está na lama na qual está. O resultado da agressão em que se transforma uma mensagem incompreensível afasta o trabalhador e a trabalhadora do seu sindicato ou movimento.

Como então fazer uma comunicação que não ofenda aos trabalhadores mas, ao contrário, desperte seu interesse, transmita a política desejada e os convença a partir para a ação? Esse é o grande desafio da comunicação sindical e popular.

Não pode haver uma única receita. Aliás, não há receitas. Há dicas, questionamentos, sugestões e experiências a serem trocadas. Cada sindicato ou movimento precisa achar sua síntese. Precisa responder a sua necessidade de comunicação com um determinado universo de trabalhadores.

O problema começa, mas não se restringe ao fato de existirem muitas categorias de trabalhadores com realidades diferentes entre si. A dificuldade de encontrar uma linguagem inteligível por todos aumenta quando, dentro do mesmo sindicato ou movimento, há uma grande diversidade de escolaridade entre os próprios trabalhadores.

## 1. UM DICIONÁRIO COMPREENSÍVEL

A primeira norma, poderíamos dizer,

para escrever ou falar e ser compreendido é escrever na língua que o leitor e a leitora conhece. Esta afirmação parece ridícula, óbvia. Pois não é. Já vimos que, muitas vezes, escrevemos numa linguagem que é tão estranha ao nosso público como um texto em chinês ou japonês. Para superar esta barreira é preciso se convencer de que ela existe, que é real. A segunda é dar alguns passos para derrubá-la. Vejamos algumas lições a respeito.

### A LIÇÃO DA GLOBO EM 94: PALAVRAS COMPREENSÍVEIS

Há uma lição que nos é dada pela Rede Globo, desde 1994. Estávamos no ano da primeira disputa eleitoral entre Lula e Fernando Henrique. Em torno dos dois candidatos se formou todo um exército de marqueteiros, comunicadores, jornalistas de todo tipo. Não é disto que vamos tratar. Vamos ver a lição que nos veio do comitê de propaganda e marketing do candidato FHC, do ponto de vista da linguagem. Dois jornalistas da Folha de São Paulo, Gilberto Dimenstein e Josias de Sousa, escreveram um livro, “A História Real”, que nos dá uma dica muito rica de como falar com o povo. Numa das páginas do livro, encontramos algumas recomendações de marketing feitas a Fernando Henrique, a partir do exemplo da Globo. Vejamos:

Uma boa base para saber como falar para a maioria é o jornalismo da Rede Globo. Durante muitos anos a Globo pesquisou uma forma nacional de falar, um repertório que fosse entendido pela empregada doméstica e pelo empresário. A linguagem não deve ser simplória que irrite o empresário, nem difícil que a empregada não entenda. Falar sempre em ordem direta, sem citações ou orações intercaladas. Evitar palavras estrangeiras ou tecnocráticas. Usar frases curtas que expressem pensamentos completos e não possam ser cortadas ou manipuladas. Usar as palavras para expor as ideias e não para escondê-las. Não ser evasivo. (G. Dimenstein e J. De Sousa - A História Real).

Esse é o problema. Conseguir fazer um jornal ou boletim, um blog ou uma notícia de Facebook que possa interessar e ‘ser

entendido pelo empresário e pela empregada doméstica'. Ou seja, ser entendido pelo eletricitista, pelo mecânico, pelo motorista e pelo auxiliar administrativo. Pelo médico, pelo copeiro, pela merendeira, pela faxineira e pelo bibliotecário. O erro mais comum, nos sindicatos ou movimentos sociais com públicos de vários níveis escolares, é se preocupar em agradar aos leitores de nível "superior". Pensar em quem tem o nível superior ou o terceiro grau é imaginar que os pedreiros têm que se virar, têm que subir, como numa mágica, seu nível escolar. Afinal, 'não podemos rebaixar a mensagem política', 'não podemos nivelar por baixo', como muitos dizem. Mas esta é uma grande bobagem. A Globo não nivela por baixo e, no entanto, sua preocupação, após longos anos de pesquisa, é de como 'ser entendida pela empregada doméstica e pelo empresário'.

## 2. FRASES CURTAS E CLARAS

A segunda norma básica para escrever, falar e ser compreendido por milhões é fazer frases curtas. Frases curtas, eis o segredo. O que é uma frase curta? É uma frase que não tenha cento e oitenta palavras, sem um ponto! Sim, porque é generalizado o hábito, entre quem escreve em jornais e outros meios de comunicação, fazer frases de, no mínimo, 50 palavras sem ponto. Isso parece praga. É possível ver desses antiexemplos de linguagem em quase todos os jornais destinados a trabalhadores em publicações em papel ou digitais de sindicato ou de movimentos sociais.

A compreensão de uma frase é inversamente proporcional ao seu tamanho. Quanto mais longa a frase, mais difícil é sua compreensão. Quanto mais longa, mais gente desistirá da leitura e ficará no meio do caminho. É possível dividir cada frase longa em duas, quatro ou cinco frases. Tudo isso sem cair no erro de empobrecer, de 'nivelar por baixo'. Ao contrário, facilita-se a compreensão, sem deixar de lado nenhum conceito. Simplesmente clareia-se o que era incompreensível.

## A SEGUNDA LIÇÃO DA LINGUAGEM DOS TRABALHADORES: FRASES CURTAS

A linguagem de frases curtas, sem parênteses, sem aspas, sem frases intercaladas e com muitos pontos não é uma invenção de quem se preocupa com a comunicação sindical ou popular. Essa linguagem nasce da vida e da experiência dos famosos 65-70% de trabalhadores. Sempre esse número famoso dos que não têm o 2º grau completo. Essa é uma obsessão que, quem quer se comunicar com o povo, precisa ter. Os milhões que habitam as periferias têm seu mundo e sua forma específica de falar. É uma linguagem direta. Se for para dizer que está sem dinheiro no bolso, a frase será a mais clara possível. Não dirá:

Eu, levando em conta a atual conjuntura econômico-política que, diga-se de passagem, anda cada dia mais problemática, com o aumento cada vez maior do desemprego e da violência e, dada minha situação atual, que não é das mais róseas, poderia dizer que estou praticamente quase sem dinheiro nenhum...

Há quem fale assim ou, ao menos, entenda tranquilamente essa frase barroca. Mas há quem nunca falará assim e tem uma tremenda dificuldade, ou melhor, impossibilidade, de entender tal tipo de frase. Porém, em jornais, ou discursos sindicais e populares, é comum agredir o ouvido e a inteligência dos trabalhadores com essas belas frases de 50, 80 ou 100 palavras sem ponto! Sim, 50, 80 ou 100, dá no mesmo. O resultado é idêntico.

## ESTUDOS CONFIRMAM: FRASES COM MENOS DE 20 PALAVRAS SÃO ÓTIMAS

Há estudos nacionais e internacionais que debatem este aspecto da linguagem. No Brasil, a editora Brasiliense, no começo da década de 1980, iniciou um estudo a respeito que acabou não sendo divulgado. Neste, pelo testemunho pessoal de seu então dono, Caio Graco, chegava-se a conclusões muito esclarecedoras sobre o tamanho ideal de uma frase. Caio relatava que, de acordo com suas pesquisas, uma frase com mais de 22 palavras não era compreensível por quem não tivesse completado o ginásio, na época.

Ou seja, por quem não tivesse terminado o atual segundo grau. Recomendava, para ser lido e compreendido por quem não tinha este nível de escolaridade, que se fizessem frases com menos de 20 palavras. Ainda dizia, como resultado da sua pesquisa, que parênteses e aspas complicavam ainda mais a compreensão por parte de leitores não acostumados a grandes leituras.

Já na década de 1970, o pesquisador francês François Richaudeau, professor da Universidade Paris VII, publicou suas conclusões sobre o tamanho ideal das frases para quem quisesse atingir um público amplo. Sua conclusão é muito mais radical que a de Caio Graco.

Para Richaudeau, os leitores podem ser divididos em dois tipos. O leitor acostumado a ler e o leitor não acostumado a grandes leituras. Ele afirma que o leitor não acostumado compreende bem uma frase com até oito palavras. O leitor 'proficiente', ou acostumado, nos agradecerá se fizermos frases com até 16 palavras, no máximo. Acima disso os dois terão que se esforçar, prestar bastante atenção ou até reler o nosso texto.

E quem é que vai reler nosso texto com grande atenção ou se descabelar para entender nossas falas? Só se estiver dizendo que o leitor ganhou na loteria esportiva.

A frase típica dos que nunca irão estudar na Europa ou nos EUA é feita de cinco, dez, vinte palavras. No máximo. Essa é a sua língua. Língua que reflete seu mundo real e não aquele fictício ao qual se quer levá-lo. É essa língua que devemos nos esforçar para falar. Só assim conseguiremos nos comunicar com a maioria.

Vamos tentar?



# Especial: livros lançados no Curso Anual do NPC



# “Disseram que voltei americanizado: relações sindicais brasil e estados unidos na ditadura militar”.

• LARISSA ROSA CORRÊA - Coleção Várias Histórias, Editora Unicamp, 2017.

O que os Estados Unidos têm a dizer sobre as atividades sindicais realizadas no Brasil durante o período que antecedeu o golpe de 1964 e ao longo da ditadura militar? Muito se falou na historiografia brasileira sobre o papel dos Estados Unidos no plano, de coalisão civil-militar, que levou à derrubada do presidente João Goulart. Ao longo das últimas décadas a Operação Brother Sam, deflagrada em 31 de março de 1964, bem como o estreito envolvimento de Lincoln Gordon, na época embaixador dos Estados Unidos no Brasil, foram pouco a pouco reveladas em seus detalhes, mostrando a ampla participação da potência norte-americana no desfecho da operação militar que levou a instauração de uma longa ditadura militar no Brasil. Para aqueles interessados na história recente do período autoritário brasileiro também não é nenhuma novidade (e não custa lembrar) que os Estados Unidos foi um dos primeiros países a legitimar o golpe militar no cenário internacional. Em nome da democracia e da liberdade - dois preceitos levados até as últimas consequências pelo governo estadunidense durante a Guerra Fria - era preciso endossar a ação dos militares brasileiros, que se comprometiam em frear o avanço comunista na região.

No entanto, ainda sabemos pouco sobre a atuação norte-americana voltada para um dos setores que mais preocupavam os conservadores anticomunistas: o movimento sindical. Estes, temendo que o Brasil se tornasse uma nova Cuba ou pior, uma nova China, acusavam o governo João Goulart (1961-1964) de estar implantando uma “República Sindicalista” no Brasil. E foi contra os trabalhadores e suas organizações de classe que os militares, apoiados por diversas organizações civis, apontaram as suas armas. A classe trabalhadora e o movimento sindical foram os primeiros alvos da chamada “Operação Limpeza” que entrou em ação logo após o anúncio da queda de Jango.

“Disseram que voltei americanizado” analisa o papel do sindicalismo norte-americano no Brasil entre os anos de 1961 a 1978. Com foco nas ações da maior central sindical dos Estados Unidos - a AFL-CIO e as entidades financiadas por ela - este estudo trata de uma temática ainda pouco explorada na história do trabalho no Brasil: a influência dos sindicatos estrangeiros, mais especificamente, do sindicalismo dos Estados Unidos, no movimento sindical. Ao observar as atividades educacionais norte-americanas voltadas para a implantação do chamado sindicalismo

“livre e democrático” no país, o livro expõe as contradições, bem como os limites e os desafios da política sindical internacional da AFL-CIO frente aos interesses políticos e econômicos do regime militar. As tensões diplomáticas em torno do mundo do trabalho chamam a atenção para a complexidade das relações transnacionais ocorridas no período da Guerra Fria.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a AFL-CIO investiu em programas de desenvolvimento social e educação sindical para a implantação do “sindicalismo livre” em toda a América Latina. No Cone Sul, os alvos principais da política sindical norte-americana foram a Argentina, Brasil e Chile, países considerados estratégicos para a contenção do avanço comunista na região. Nestes três países observa-se que as atividades da central foram intensificadas nos períodos que antecederam e sucederam os golpes militares no Brasil, em 1964, na Argentina, nos anos de 1966 e 1976, e no Chile, em 1973. Ao analisar as atividades da AFL-CIO no Brasil, este estudo revela uma série de encontros e desencontros de interesses diplomáticos, conflitos e alianças travadas entre sindicalistas e autoridades políticas norte-americanas e brasileiras. Com base nos relatórios produzidos pela central sindical norte-americana, publicações sindicais, nacionais e internacionais, análises dos oficiais da embaixada americana, entrevistas, fontes policiais e periódicos da grande imprensa, foi possível traçar um panorama das relações sindicais Brasil e Estados Unidos até o período de dissolução da ditadura militar, no final da década de 1970.

Com a Revolução Cubana e o fracasso da ação militar norte-americana na Baía dos Porcos, o posicionamento de neutralização dos investidores frente às questões políticas e ideológicas foi em grande parte alterado. Muitos industriais passaram da postura cética - e até muitas vezes opositora em relação às atividades sindicais norte-americanas na América Latina - para uma atitude de apoio, ainda que não fosse completo, ao trabalho de “educação” da classe trabalhadora latino-americana. Acreditava-se que ao ensinar a orientação sindical “correta”

para os empregados, eles garantiriam a segurança de suas operações. Não obstante, era sabido pelos investidores que o clima de instabilidade política, crises econômicas e de hostilidade à presença norte-americana em terras estrangeiras afetava diretamente seus negócios. Por isso, a importância em participar e contribuir, junto com o governo estadunidense, para o bom relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina. Foi assim que surgiu o Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, conhecido no Brasil pela sigla IADESIL. Tratava-se de uma organização bipartite, composta por grupos empresariais e sindicalistas norte-americanos, financiada por empresas e pelo Departamento de Estado norte-americano. O IADESIL, inaugurado em 1962, também recebia recursos do projeto Aliança para o Progresso, de J.F. Kennedy, estabelecido no mesmo ano.

A participação dos empresários no IADESIL tinha o objetivo de estreitar o relacionamento com os trabalhadores locais no sentido de evitar revoltas, resistências e reivindicações trabalhistas, afastar o “perigo” da ideologia comunista, bem como utilizar a entidade sindical como um meio para localização de novas ofertas e possibilidades de investimentos, já que eles poderiam ter acesso aos relatórios mensais produzidos pelas embaixadas americanas sobre as conjunturas político-econômicas de cada país e usufruir da ampla rede de contatos criada pela entidade. O IADESIL tinha duas metas claras: apoiar a eliminação da influência “comunista” nos sindicatos latino-americanos e promover “sindicatos livres”, independentes do Estado.

Para realizar estes objetivos no Brasil, o IADESIL apoiou-se nos “pelegos”, os sindicalistas conservadores e anti-comunistas que defenderam o novo regime. Fundou uma escola em São Paulo para treinar líderes sindicais, determinada a ensinar aos sindicalistas como negociar “contratos coletivos”. Ofereceu viagens aos EUA para que os brasileiros pudessem conhecer o “American Way of Life”. E financiou vilas operárias para mostrar a generosidade norte-americana. E fizeram muito mais. Exposições, filmes,

eventos, financiaram matérias jornalísticas, entre outras ações que contribuíam para estabelecer as ideias norte-americanas no país.

Dezenas de centenas de sindicalistas fizeram os cursos e aproveitaram as viagens. No entanto, não podemos afirmar que todos ou ao menos nem todos voltaram americanizados. Assim como a nossa pequena notável, Carmem Miranda, na canção *Disseram que voltei americanizada*, gravada em 1940, muitos sindicalistas rejeitaram o rótulo de “americanizados”. Apesar de todas as forças de propaganda, cursos, filmes, material impresso e viagens, grande parte dos sindicalistas brasileiros não foram convencidos das ideias norte-americanas, ou pelo menos não demonstraram esforço em aplicar o que aprenderam nos “States”. Isso não significa que eles não reverenciavam a cultura norte-americana e o modo de ser daquela super nação. Mas muitos deles achavam que aquilo que viram e aprenderam não se enquadrava para o Brasil, pois a “*terrinha*” guardava suas particularidades principalmente no tocante à regulamentação das relações trabalhistas. Muitos, ao se depararem com a pauta de negociações coletivas “livres” presente no modelo contratualista norte-americano, sentiam falta de direitos que em meados dos anos 1960 estavam plenamente assegurados no Brasil, mesmo durante a ditadura. Direitos individuais duramente conquistados e tão prezados pelos trabalhadores brasileiros, tais como o direito a receber o décimo terceiro, a lei de férias, os ganhos salariais em casos de paralisação, entre outras leis que marcaram uma “cultura de direitos” construída pelos trabalhadores desde o período da chamada ‘Era Vargas’. Para além de outras questões exploradas neste estudo, o trabalho ajuda a compreender porque os Estados Unidos, mesmo com toda a política de alinhamento do governo Castelo Branco, não conseguiram alterar as bases das relações trabalhistas no Brasil. Afinal, conforme a pesquisa desvelou, o regime militar contava com um projeto próprio de controle e exploração das classes trabalhadoras.

# Você já ouviu falar em Maria Aragão?

• LARISSA ROSA CORRÊA - Coleção Várias Histórias, Editora Unicamp, 2017.

*Do blog: Homem de vícios antigos  
(<http://oimparcialblog.com.br/zemaribeiro/tag/emilio-azevedo/>)*

**D**o jornalista Emilio Azevedo, o livro *Uma subversiva no fio da história* é um conjunto de nove reportagens sobre a vida e o legado de Maria Aragão, uma das mais importantes personagens da política no Maranhão no século XX.

“Tendo Maria Aragão como personagem central e fio condutor, Emilio refaz um pequeno pedaço da história do Brasil e do Maranhão, ao abordar a época e a conjuntura em que a “médica comunista” - longe do clichê - realizou sua militância, sua ação subversiva. Estão lá Luiz Carlos Prestes, o PCB, a ditadura militar, a Igreja Católica, as oligarquias. É um livro ousado de um autor que não teme assumir-se de esquerda, num tempo em que há quem ouse dizer não existir mais esquerda ou direita - estes, sabemos de que lado estão.

A antropóloga Maristela de Paula Andrade, no prefácio de *Uma subversiva no fio da história*, defende a adoção do livro por escolas. “Esses heróis fabricados, artefatos políticos, ganharam bustos em praça pública e lugar certo, inquestionável, na formação escolar das crianças e da juventude. Foram heróis da classe dominante, dos que detiveram o poder em cada conjuntura histórica, mas inventados e cultuados como defensores de todos. Por que não contar aos jovens brasileiros a história de pessoas como Maria Aragão, que lutaram por igualdade, justiça, liberdade, por um mundo melhor para os ex-

plorados e oprimidos?”, indaga a professora da UFMA.

O questionamento é pertinente em tempos de golpe, quando tantos outros saem às ruas reivindicando uma intervenção militar. Emilio Azevedo mostra a atualidade do legado de Maria Aragão, mais que médica ou comunista, uma mulher que educava pelo exemplo. Sempre é tempo de aprender.

Leia aqui trechos da entrevista...

**Blog- Você está à frente, há sete anos, do Vias de Fato, que tem uma postura de independência, com seus parcos financiamentos, mas com uma postura ideológica clara. De algum modo isso dialoga com a experiência de Maria Aragão na Tribuna do Povo. A Tribuna do Povo de Maria Aragão, de algum modo foi ou é inspiração para o Vias de Fato?**

**Emilio Azevedo** - São momentos distintos, projetos distintos. É uma coisa, essencialmente, os distingue: o projeto da Maria era ligado a um partido. Com toda dificuldade financeira, com todo isolamento, um isolamento à esquerda, mas tinha uma relação com o comitê central do partido, tinha esse tutor, que ficava no Rio de Janeiro. No caso do Vias, ele não é ligado a nenhum partido, nem é centralizado por ninguém. Trata-se de outro momento histórico, completamente diferente no que se refere à organização do campo progressista. A utopia

hoje parte de um desejo de pluralidade e horizontalidade, onde todo mundo é passível de crítica, inclusive a própria esquerda. Agora, em relação às dificuldades operacionais, os dois são parecidos.

**Blog- A Tribuna do Povo era um jornal de uma mulher só.**

**Emilio** - O Vias de Fato tem mais mulheres, tem mais gente [risos].

**Blog- O Vias de Fato talvez tenha mais gente, mas ainda é uma equipe pequena. Nesse sentido, que outras semelhanças e diferenças você apontaria?**

**Emilio**- Semelhança é essa coisa do gueto, eu digo isso no livro, que a Tribuna do Povo é um jornal de gueto. Algumas pessoas fazem questão de dizer que o jornal de Maria não tinha nenhuma influência, mas o antropólogo Alfredo Wagner [Berno de Almeida] coloca a importância dele como uma fonte única naquele tempo. Aí acho que existe uma semelhança. O Vias está no gueto, assumidamente no gueto, mas também é, às vezes, fonte única para determinados assuntos, o que ninguém vai dizer, você vai encontrar lá, no Vias de Fato, o “panfleto” de esquerda. Aí tem um compromisso com a história, compromisso com o processo histórico. Os comunistas têm essa noção do processo histórico. O Vias, apesar de não ser marxista, também tem essa noção.

**Blog- Emilio, você tem uma formação comunista, inclusive tem a mesma filiação partidária de Maria Aragão.**

**Emilio** - Desde 2009 estou afastado do partido. Sobre o assunto, vejo muita gente que não é comunista, se dizendo comunista no Brasil. Eu sou o contrário: sou tachado de comunista, mas não me considero marxista-leninista. Acabei me filiando, há quase 15 anos, talvez um pouco menos, ao PCB, por uma questão tática. Diferente de hoje, na época eu tinha interesse em atuar em um partido e pelo fato de ser de esquerda, queria um partido à esquerda. A conjuntura me empurrou para o PCB. Me filiei circunstancialmente, fui ficando. Tenho muito respeito pelo partido, muitos amigos por lá, aprendi muitas coisas, mas essencialmente não sou

marxista-leninista. Não gosto de me rotular. Tenho influências cristãs, de esquerda, marxistas, mais recentemente até anarquistas, mas isso não me rotula. Não estudei o suficiente para carregar rótulos. O mínimo que se espera de um marxista é que ele tenha lido toda a obra de Marx, mesmo que não tenha sido em alemão [risos]. Eu fui católico, hoje sou agnóstico. Quando deixei de ser católico, rompi com dogmas. Me parece que todos esses ismos têm dogmas. Então, você fica preso a um determinado dogma e a partir disso cria uma determinada camisa de força, acho ruim. É ruim mesmo entre os intelectuais, o que não é o meu caso. O sujeito passa a pensa a partir de ideias pré-estabelecidas. Acho melhor transitar, pegar uma coisa aqui, outra ali e raciocinar por contra própria. A generosidade não é exclusividade de um só filósofo ou profeta.

**Blog- E Maria Aragão como personagem? Você tem uma abordagem que foge das duas mais comuns: os que não gostam, para quem ela era a puta, a besta-fera, ou os que gostavam e a colocam num altar, Santa Maria Aragão. Você tira Maria Aragão destes dois lugares, digamos, mais fáceis, tratando-a como uma pessoa comum, que fez o que fez. Você acha que faltam Marias Aragões no mundo?**

**Emilio** - Não sei se consegui humanizar Maria Aragão. Tentei. Mas acho que, no fundo, o livro tem algo de exaltação. É um livro de fã. Tentei, já na última etapa do trabalho, retirar essa carga toda. Talvez o último capítulo, de alguma forma, critique o próprio livro. Meu amigo Wagner Cabral, que é historiador, não gosta de biografias. Meu livro não é uma biografia, são nove reportagens, mas sem dúvida é um recorte biográfico. Então, você acaba se apaixonando pela personagem, é uma coisa natural. Fiz um esforço de humanizar, não sei se consegui. Não digo isso no livro, mas acho que existem muitas anônimas iguais a Maria Aragão. Sem querer idealizar uma classe, te digo que nas camadas populares encontram-se muitas mulheres lutadoras, corajosas, generosas e solidárias. Na periferia de São Luís vi de perto o que exaltamos em Maria Aragão. Vi mulher apanhando e outra indo lá e se metendo no meio do casal, para defender a agredida.

Vi isso mais de uma vez. Tem muita gente assim. E o grande desafio, no caso de Maria, é não beatificar, é não transformar em santa, é mostrar que é possível fazer como ela fez. Foi uma grande mulher, mas é possível ser como ela, fazer o justo, fazer o correto, cometer erros e acertar algumas vezes. Não aceitar injustiças. Saber escutar. Não desistir. Foi o que ela fez.

**Blog- O nome que você pensou originalmente para este livro foi Maria Aragão no fio da história. Por que a troca para Uma subversiva no fio da história?**

**Emilio** - Ao tratar de “uma subversiva” estou falando da própria Maria Aragão - que foi subversiva -, da ação política dela e do processo em que ela estava inserida. É também uma forma de estimular o debate em torno da subversão. Estamos precisando disso. São pessoas e ações subversivas, transgressoras, que andam a margem ou na contramão, que têm o poder de mudar o curso da história e melhorar as coisas. Normalmente o desejo de liberdade e a subversão caminham juntos.

**Blog- Se não de mais Marias Aragões, você acha que hoje o Brasil precisa de subversão?**

**Emilio** -Nos últimos anos, quando nosso país viveu sob o comando do PT e do lulismo, ficaram expostos conflitos que historicamente estiveram presentes na sociedade brasileira. Conflitos de valores, conflitos de origem política. Uns ligados às classes sociais e outros relacionado à moral e aos costumes. Neste contexto atuam setores elitistas e conservadores, acrescidos de fariseus e fascistas. Atuam também os que defendem direitos e/ou vivenciam discriminações seculares, neste caso os pobres, negros, mulheres, indígenas e homoafetivos. Isso vai além da disputa entre partidos ou desse maniqueísmo que reduz tudo a “coxinhas” e “petralhas”.

**Blog- E o subversivo nesse contexto?**

**Emilio**- Está presente em várias situações. Veja a atual ocupação das escolas e das universidades. É desobediência civil. É algo que subverte a ordem estabelecida.

É uma desobediência saudável e necessária, diante dos abusos e da violência cometida pelo atual governo federal e pela maioria do Congresso Nacional. E essas ocupações estão sendo protagonizadas por jovens que vivem esses problemas históricos. São exatamente pobres, negros, mulheres e homoafetivos. Até onde vi, são eles que compõem a maioria desse movimento.

**Blog- Você poderia dar outro exemplo?**

**Emilio**- Hoje, no Maranhão, acho emblemática a ação dos indígenas da etnia Gamela, na região de Viana. Em meados do século XX eles foram considerados extintos. Agora, através de uma teia de povos e comunidades tradicionais, que reúne também quilombolas, eles se rearticularam e ocuparam três fazendas. Os Gamela entraram numa terra que é deles. E fizeram isso sem esperar pelo Estado, pela Justiça, por cartório, por burocratas ou pela Funai. Enfim, sem esperar por instituições que hoje, notoriamente, enfrentam sérios problemas de credibilidade. A questão envolvendo recentemente Renan Calheiros e o Supremo mostra bem isso.

**Blog- Você falou também dos costumes...**

**Emilio** - Este ano, no Rio de Janeiro, um garoto foi barrado na escola por que estava vestindo saia. No outro dia, todos os meninos da turma dele foram de saia e a escola teve que ceder. O caso repercutiu no país. Ouvi conservadores dizendo que estamos no “final dos tempos”. É interessante perceber que entre essas pessoas, muitos não se preocupam com a devastação ambiental ou com a miséria absoluta de parte da humanidade. É o modo de vestir de alguns que, para eles, indica “o final dos tempos”. Bem, mas diante do mesmo caso, os mais arejados disseram que trata-se apenas de uma roupa, de uma questão de liberdade individual e que cada um deve ter a possibilidade de se vestir como quiser. Diante de um tema tão simples, isso gera conflito e acirrados debates. Em São Luís, numa escola particular do Renascença, soube que uma menina foi impedida de entrar porque estava com um turbante. Houve repercussão nas redes sociais. O racismo, a misoginia e homofobia

estão aí, mas a reação a essas antigas formas de violência, de alguma forma, tem crescido.

(...) T

**Blog- Quando você escreveu essas reportagens já estava pensando em livro.**

**Emilio** - Sempre! Foram todas feitas para o livro. À exceção dessa introdução das oligarquias. Neste livro acabo juntando a fome com a vontade de comer. Ao mesmo tempo eu tenho admiração e respeito por Maria Aragão, mas é uma forma também de contar um pouco a história recente do Maranhão, a história recente do Brasil, falar de assuntos que eu adoro discutir e que eu acho que são importantes para essa geração saber, minimamente. Eu não sou historiador, sou jornalista, mas acho que um compromisso que o jornalista tem é de deixar registros para a história. Eu estou falando de uma história muito recente, uma coisa que não é história de historiador, é história de jornalista, que é de 40, 50 anos pra cá. As fontes estavam todas vivas ainda, são 51 entrevistas.

**Blog- Mais que médica, mais que militante partidária, comunista, Maria Aragão foi uma educadora. Uma educadora que educava pelo exemplo.**

**Emilio** - Essa coisa da educadora eu peguei no processo do livro, eu construí o último capítulo pensando no legado. Essa reportagem não estava prevista, acabou servindo como uma conclusão, esse legado da educação popular, como a esquerda chama, de formação, de educar pelo exemplo. Na minha avaliação está tudo relacionado. Maria Aragão teve uma vida ligada aos pobres e miseráveis, as periferias urbanas e também aos camponeses. Quando foi dirigente da CUT, no Maranhão, a hegemonia era de trabalhadores rurais. Antes do golpe de 1964, principalmente na década de 1950, ela também atuou junto à organização de lavradores. No plano moral, Maria Aragão foi vítima da violência de farisaicos e fascistas, que lhe chamavam pejorativamente de puta, pelo fato dela ter tido uma filha sem estar casada e por ter vivido com um homem sem passar pela igreja. E Maria foi pra cima dos hipócritas. Enfrentou. Ela não abaixou a cabeça diante das violências que sofreu.

**Blog- No entanto, como você afirma no livro, ela não era feminista.**

**Emilio** - Como me disse a professora Mary Ferreira, em entrevista para este livro, a vida de Maria Aragão representou, na prática, aquilo que as feministas defendem. E ela se aliou às feministas em várias ocasiões. Maria, a comunista, foi uma mulher livre, que não se submeteu a opressores. Agora em dezembro, num evento ocorrido em São Luís, promovido pelo Fórum Maranhense de Mulheres e que denunciou e debateu a violência contra a mulher, foi colocada uma polarização entre transgressoras e recatadas. Nesse debate, a vida de Maria Aragão, a subversiva maranhense, tem um grande valor pedagógico. Maria foi, de várias maneiras, transgressora. Subversão e transgressão normalmente caminham juntas.

**Blog- Maristela no prefácio defende que teu livro seja adotado em escolas. Você tem essa pretensão, esse desejo?**

**Emilio** - Não tenho nem pretensão nem canais [risos]. Quem sabe depois de morto [risos]. Uma coisa que eu quero fazer é debater esse tema, esse tempo, a partir de uma ação subversiva. Discutir hoje o que é subversivo à luz de Maria.

(...)

**Blog- A partir dessa constatação, de que forma você pensa em tornar o livro mais acessível, do ponto de vista do preço, da distribuição.**

**Emilio** - Em termos de circulação a maioria dos livros hoje vai ter dificuldade. Principalmente em tempos de microcomputador travestido de celular.

**Blog- Você pensa em disponibilizar o livro para download?**

**Emilio** - Num segundo momento, sim. Nesta primeira etapa, preciso pagar o projeto, então preciso circular com o livro em 2017, dentro e fora do Maranhão. Em São Luís vou botar em bancas, livrarias, em alguns pontos da cidade, e circular, debater a questão da ação subversiva nesse tempo de hoje. Acho que publicar um livro hoje já é, por si só, um ato subversivo.

